

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL MEIO AMBIENTE E URBANISMO

MEDIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS

MINISTÉRIO PÚBLICO
do ESTADO de GOIÁS



Goiânia
2016

Ministério Público do Estado de Goiás

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás

Procurador-Geral de Justiça: Lauro Machado Nogueira

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo

Coordenadora: Suelena Caetano Carneiro Fernandes Jayme

Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO

Coordenador: Bernardo Boclin Borges

Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás

Diretora: Ana Paula Antunes Vieira Nery

Programa Ser Natureza

Equipe: Adriane Chagas Santana Oliveira, Andréa Aparecida Marques Rufino, Cristiane Bastos Galvão, Cristiani Honório Santos, Déborah Rodrigues Borges, Gabriella Parrode Machado Barbosa, Juber Henrique Amaral, Maria José Ferreira Soares, Mônica Barcellos Café e Thiago Leão Pires

A466 Alternativas de atuação do Ministério Público do Estado de Goiás: negociação e mediação de conflitos
2016 ambientais.-- Goiânia : ESMP-GO, 2016.
100 p. ; 23 cm.

1. Goiás (Estado). Ministério Público - Atuação. 2. Mediação e conciliação. 3. Meio ambiente. 4. Preservação e proteção ambiental. . I. Título.

CDU 1997 - 504.03:374.963(817.3)

Ficha catalográfica: AB - CRB 1/2427

A responsabilidade dos trabalhos publicados é exclusivamente de seus autores.

Pede-se permuta

On demande l'échange

We ask for exchange

Coordenação e Organização: Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo (Suelena Caetano Carneiro Fernandes Jayme)

Escola Superior do MP-GO (Ana Paula Antunes Vieira Nery)

Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO (Adriane Chagas e Maria José Soares)

Elaboração de texto: Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO (Adriane Chagas e Maria José Soares)

Assessoria de Comunicação do MP-GO (Cristiani Honório dos Santos)

Arte e diagramação: Coordenação de Editoração da ESMP-GO (Fabiana Gomes Figueiredo)

Créditos de imagem: Assessoria de Comunicação do MP-GO (João Sérgio Soares de Araújo e Cristiani Honório dos Santos)

Promotorias de Justiça do MP-GO (servidores do MP-GO)

Cooperação: Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO (Jacirema Barros Teixeira e Thiago Leão Pires)

Revisão ortográfica: Assessoria de Comunicação do MP-GO (Ana Cristina de Faria Arruda Gilberti, Cristiani Honório dos Santos

e Ricardo Gonçalves Santana), Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO (Adriane Chagas)

Impressão: Cir Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 750 exemplares



ALTERNATIVAS DE ATUAÇÃO

do MINISTÉRIO PÚBLICO do ESTADO de GOIÁS

PREFÁCIO	05
APRESENTAÇÃO	07



EDUCAÇÃO AMBIENTAL	09
Caldas Novas	11
Vianópolis	13



RECUPERAÇÃO DE ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP)	15
Anápolis	17
Falna	21
Goiás	23
Itapuranga e Guarataí	25
Iporá	29
Jaupaci	31
Minaçu	33
Mineiros	35
Mozarlândia	39
Nerópolis	41
Nova Glória	43
Panamá	45
Paranaíba	47
Professor Jamil	49
Sanclândia	53
São João da Paraúna	57
São Miguel do Araguaia	59
Uruaçu	61

RESÍDUOS SÓLIDOS	63
Acreúna	65
Anápolis	67
Aparecida de Goiânia	71
Bela Vista	75
Fazenda Nova	77
Goianira	79
Hidrolândia	81
Israelândia	83
Nerópolis	85
Novo América	87
Nova Veneza	89
Rubiataba	91
Silvânia	93

DEPOIMENTOS	95
-------------------	----

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO E PONTOS DE APOIO	97
---	----

Nos últimos 28 anos, o Ministério Público Brasileiro tem enfrentado inúmeros desafios na aplicação ampla do artigo 127, da Constituição Federal, em especial, o de ser o guardião dos direitos sociais.

Assegurar que o Poder Executivo promova a elaboração de políticas públicas com a finalidade de garantir igualdade de oportunidades aos cidadãos, tendo por escopo proporcionar as condições materiais de uma existência digna a todos, é uma das tarefas mais árduas do Ministério Público Brasileiro.

O Ministério Público do Estado de Goiás também sempre enfrentou essa dificuldade, mas, reconhecendo que as ações judiciais e mesmo extrajudiciais não estavam garantindo os resultados esperados, resolveu, em 2008, em caráter experimental, aplicar uma metodologia que privilegiasse o empoderamento e a participação da comunidade numa relação de parceria com o Ministério Público em prol das políticas públicas.

Essa forma de atuação contou, desde o início, com uma equipe técnica multidisciplinar que, dispendo dessa metodologia de articulação e mobilização social, passou a fomentar a interlocução da instituição com a sociedade civil em busca de soluções compartilhadas e corresponsabilizadas na efetivação das políticas públicas.

A primeira experiência de aplicação dessa metodologia deu-se na defesa do meio ambiente. Nascia, assim, o Programa Ser Natureza, que busca solucionar problemas ambientais por meio da educação e do estabelecimento de redes sociais, incentivando a interlocução do Ministério Público do Estado de Goiás com a sociedade civil e os poderes constituídos, como alternativa extrajudicial de atuação da instituição para o alcance da efetivação das políticas públicas na área ambiental.

A equipe multidisciplinar, utilizando a mobilização, articulação, integração, coconstrução e monitoramento, em conjunto com o promotor de Justiça, passou a criar espaços conversacionais com as redes responsáveis pelas políticas públicas ambientais visando à elaboração de uma Agenda Integrada de Ações.

Os primeiros experimentos dessa metodologia trouxeram resultados exitosos em pouco tempo, e passaram a ser um alento para os promotores de Justiça que ansiavam realizar um trabalho preventivo na proteção do meio ambiente.

Observou-se nessas primeiras ações que a metodologia empregada poderia ser utilizada em outras áreas além da ambiental, como instrumento de transformação da realidade local e de empoderamento social. Diante disso, o Ministério Público de Goiás instituiu, em 2011, a Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial - Caej, que é composta por uma equipe técnica multidisciplinar: assessora jurídica, engenheiros, psicólogas, assistente social e administrativo.

As experiências bem-sucedidas da aplicação dessa metodologia, com diversos resultados alcançados, fortaleceram o Programa Ser Natureza e possibilitaram a elaboração desse manual, onde são apresentados projetos de diversas comarcas e seus resultados. Em todos eles se observa que diversas ações judiciais foram evitadas e que houve a implementação de políticas públicas.

Os 33 projetos demonstram que é possível acreditar no engajamento da sociedade na solução dos problemas que a afligem, de forma consciente e proativa, reconhecendo que o seu empoderamento traz imensos benefícios e direcionam as políticas públicas para as verdadeiras necessidades locais.

O Ministério Público de Goiás ganha muito nas comarcas onde o Programa Ser Natureza é implementado, pois o promotor de Justiça, além de passar a conhecer verdadeiramente a comunidade e as suas carências, passa a ter grandes parceiros no fomento das políticas públicas. O promotor de Justiça se une a outros agentes de transformação social e direciona o seu trabalho às reais necessidades locais.

Posso afirmar que experimentar a utilização dessa metodologia é um aprendizado ímpar. Presenciar a escuta ativa em um espaço conversacional e perceber como ela estimula mudanças nas pessoas que ali estão, que se sentem valorizadas, e passam a se portar de maneira menos defensivas e mais flexíveis ou abertas a participar do projeto que lhes é apresentado, faz com que você queira aplicar a metodologia em todas as áreas de atuação profissional. Pelo menos é como me senti após conviver e coordenar a equipe técnica que integra a Caej.

Elaborar o prefácio desta obra, além de muito me honrar, me enche de alegria ao ver que, mesmo com uma pequena equipe, muitos promotores de Justiça e comunidades puderam conhecer e aplicar a metodologia desenvolvida pela Caej e presenciar mudanças que, com ações judiciais, talvez nunca tivessem alcançado os resultados esperados.

É importante mencionar que o Programa Ser Natureza tem tido a sua importância reconhecida além da instituição, rendendo-lhe as seguintes homenagens: Prêmio da Sociedade Ambientalista Brasileira no Cerrado - SABC/2015, 2º lugar do Prêmio Ambientalista SABC/2016, pelo trabalho de recuperação do Córrego Água Boa em Minaçu; Prêmio Conselho Nacional do Ministério Público 2015, vencedor na categoria “Indução de Políticas Públicas”, pelo trabalho realizado na comarca de Anápolis, referente à regularização do “lixão” municipal e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, conferido no dia 4 de novembro de 2015, em Brasília; 14º Prêmio CREA-GO - 2015, vencedor na categoria “Sociedade Sustentável”, pelo trabalho realizado na comarca de Anápolis, referente à regularização do “lixão” municipal e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, conferido no dia 26 de novembro de 2015, em Goiânia.

Espero que, ao conhecer os projetos compartilhados neste manual e seus resultados, o leitor se sinta motivado a utilizar essa forma de atuação para resoluções de conflitos ambientais, dentre outros, no sentido de verter-se a uma prática sistêmica, cuja ferramenta corrobora com a missão institucional para a garantia dos direitos sociais.

TAMARA ANDRÉIA BOTOVCHENCO RIVERA

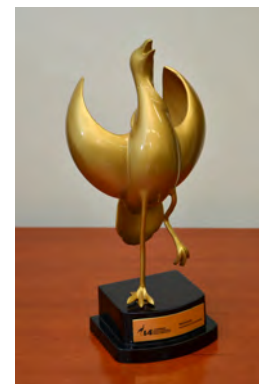
Promotora de Justiça do MP-GO e
Coordenadora das Promotorias de Justiça da Capital



Prêmio da Sociedade Ambientalista Brasileira no Cerrado - 2015



Prêmio Conselho Nacional do Ministério Público - 2015



Prêmio CREA-GO - 2015

APRESENTAÇÃO

Uma das atribuições mais desafiantes do Ministério Público brasileiro é a efetivação do princípio do desenvolvimento sustentável e do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, buscando-se a compatibilização das atividades econômicas com a proteção ao meio ambiente.

A fim de auxiliar e aprimorar a atuação preventiva dos promotores de Justiça na resolução de conflitos ambientais, foi idealizado, no ano de 2008, no Ministério Público do Estado de Goiás, o PROGRAMA SER NATUREZA, sob a coordenação, na época, da procuradora de Justiça Maria da Conceição Rodrigues dos Santos e das promotoras de Justiça Miryam Belle Moraes da Silva Falcão e Rúbian Côrrea Coutinho.

Referido programa emprega técnicas extrajudiciais de resolução de conflitos e conta com equipe técnica multidisciplinar que auxilia o promotor de Justiça na execução das ações planejadas em conjunto com a comunidade local, por meio de formação de grupos de trabalho e reuniões periódicas.

Desde a sua implantação, o PROGRAMA SER NATUREZA já obteve resultados exitosos em cerca de 40 municípios do Estado de Goiás, especialmente na educação ambiental, na recuperação de áreas de preservação permanente, além do apoio à implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

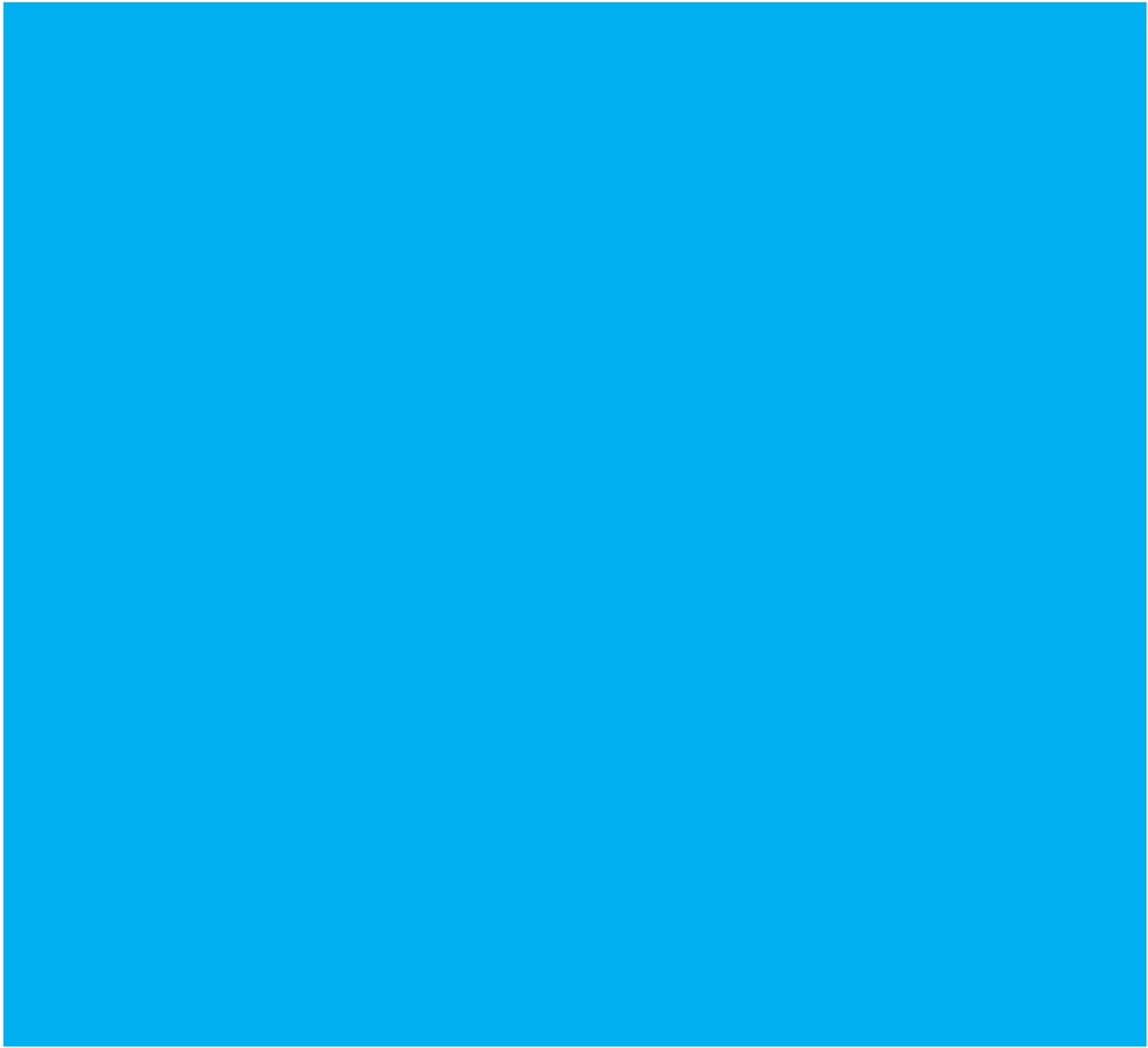
A presente publicação tem por objetivo emprestar maior visibilidade às iniciativas e ações desenvolvidas por 33 dedicados promotores de Justiça ambientais e equipe técnica do Ministério Público de Goiás, por meio da Coordenação de Apoio à Atuação Extrajudicial (Caej) e do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Caoma), a fim de possibilitar o acesso e conhecimento a toda a instituição, bem como à sociedade, tornando-se referência e inspiração para novas atuações. Afinal, a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental é um dilema quase que natural na atualidade.

SUELENA CARNEIRO CAETANO FERNANDES JAYME

Promotora de Justiça do MP-GO e
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo



logo: Projeto Ser Natureza
criação: José Augusto de Figueiredo Falcão,
promotor de Justiça do MP-GO



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Projeto Ser Natureza de Educação Ambiental visa atender à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9795/99) e ser ferramenta de gestão para problemas ambientais.

Um dos objetivos do projeto é fomentar ações de educação ambiental nas redes formal e informal de ensino, de forma a capacitar a sociedade em geral para compreender as causas e efeitos dos danos ambientais e buscar soluções para o atual quadro do Estado e do País.

O projeto Ser Natureza de Educação Ambiental colabora efetivamente para a implantação dessa política, a partir de um processo permanente e participativo, contribuindo na formação de agentes de transformação, debatendo as alternativas para a redução dos impactos ambientais e também para o controle social dos usos dos recursos naturais em cada município.

A educação ambiental permeia os demais projetos do Ser Natureza, na perspectiva de que as ações de reversão dos danos ambientais a curto, médio e longo prazos sejam fortalecidas com a conscientização da comunidade.



LISOA
O lugar é lindo.
A natureza
exuberante!

N-UTICO
Bar
Coca-Cola
Nestlé

...nhamo que
...r Valeri

OBJETO SER NATUREZA
...de nós cuidarmos
...CALHAS

SER NATUREZA
Uma proposta de Educação Ambiental

FIQUE ALERTA!
A NATUREZA NÃO VAI TRAZER
DE VOLTA AQUILO QUE SE FOI.
...Vitorino
VIDEGARAO

AMIGOS DA PAZ
CORAL AMIGOS DA PAZ

BASKETBALL TEAM

CORAL AMIGOS DA PAZ

CALDAS NOVAS

População: 81.477 habitantes

DELSON LEONE JÚNIOR Promotor de Justiça do MP-GO

O Projeto Ser Natureza de Caldas Novas foi iniciado em 2008, após realização de uma audiência pública promovida pelo promotor. Neste evento, além do município de Caldas Novas, estiveram presentes representantes de Rio Quente e Marzagão.

O Grupo de Trabalho definiu pela Implantação de ações de educação ambiental nas escolas do município, com foco no fomento à coleta seletiva. Houve o envolvimento de quatro escolas municipais, Secretarias de Meio Ambiente e de Educação, pais de alunos, uma associação e empresariado local. As escolas implantaram a coleta seletiva, mas depararam com a dificuldade do acondicionamento dos resíduos coletados pelos alunos. A partir desse desafio, surgiram parcerias que culminaram na doação de lixeiras pelos parceiros, conforme modelo definido por eles e representantes das escolas.

O Grupo de Trabalho também atuou na articulação para a construção de uma praça em um terreno abandonado no Bairro Itaiçi II, em Caldas Novas. Após reuniões envolvendo o grupo de trabalho, a comunidade do bairro e a Prefeitura, foi apresentado o projeto da praça.

RESULTADOS

- Implantação de projetos de educação ambiental nas escolas municipais
- Elaboração do projeto de uma praça no Bairro Itaiçi II, a partir da escuta da comunidade
- Implantação da coleta seletiva nas escolas estaduais do município
- Doação de lixeiras para as escolas participantes do projeto
- **Ações judiciais evitadas:** duas ações judiciais, sendo uma para implantação da coleta seletiva e uma para aplicação da educação ambiental.

“Época de aprendizado, novas amizades, concretização de sonhos e, acima de tudo, comprometimento pessoal e institucional com os verdadeiros anseios da comunidade caldense.”

DELSON LEONE JÚNIOR





VIANÓPOLIS

População: 13.456 habitantes

MAURÍCIO ALEXANDRE GEBRIM Promotor de Justiça do MP-GO

No final de 2009, a pedido do promotor de Justiça, foi implantado o Projeto Ser Natureza contemplando o eixo educação ambiental, voltado à importância da implantação da coleta seletiva para o meio ambiente.

Inicialmente, foram feitas tratativas com as escolas municipais e estaduais do município para conscientização dos alunos sobre a temática. Palestras, feiras e outros eventos foram organizados, por fomento do promotor, e carilhas do MP-GO foram cedidas às escolas para auxiliar nos trabalhos com os alunos.

Para ampliar a educação ambiental, a Rádio Comunitária de Vianópolis destinou um tempo em sua programação semanal para que as escolas abordassem o tema da coleta seletiva e divulgassem as ações planejadas e ocorridas no município.

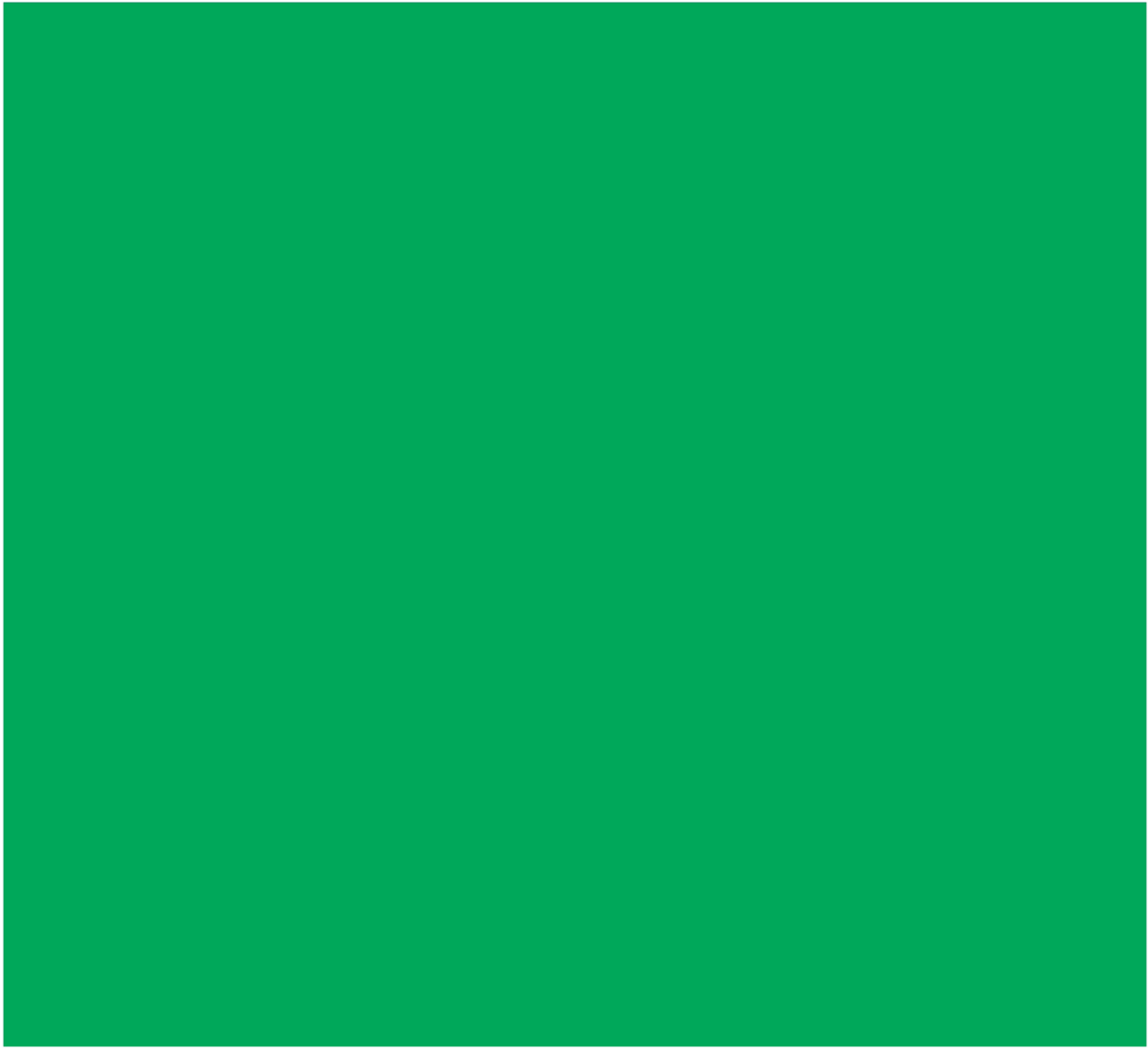
Outra mobilização realizada foi o Dia D, que consistiu em passeata pelas ruas da cidade, organizada pelas escolas envolvidas no processo.

Em 2010, foram adquiridos 14 Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), instalados nas portas das escolas das redes públicas e particular. Os recursos foram provenientes de prestações pecuniárias destinadas em Termos Circunstanciados de Ocorrência, que foram geridos pelo Conselho Comunitário de Segurança e Defesa Social de Vianópolis.



RESULTADOS

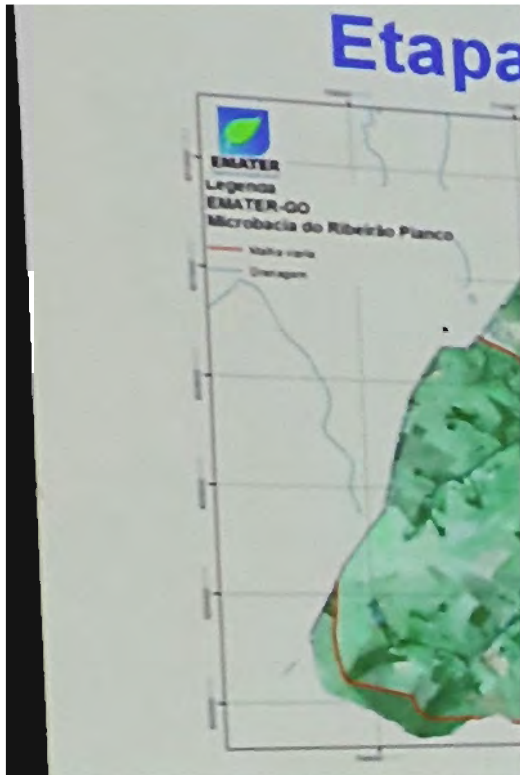
- Implantação de projetos de educação ambiental nas escolas municipais, estaduais e particulares
- Divulgação, mobilização e sensibilização da comunidade a respeito da importância da coleta seletiva para o município
- Implantação de PEVs nas portas das escolas do município
- **Ações judiciais evitadas:** duas ações judiciais contra o município, sendo uma para a implantação da educação ambiental e uma para a implantação da coleta seletiva.



RECUPERAÇÃO DE ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP)

O Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP visa à recuperação ambiental das áreas de preservação permanente dos mananciais de abastecimento público em Goiás. O Ministério Público assume o papel de articulador para que as ações recuperatórias sejam efetivadas nos municípios, por meio da construção coletiva com a rede envolvida. A rede, portanto, é motivada a pensar e a desenvolvê-las conjuntamente, sendo promovido amplo debate com a sociedade, que também é sensibilizada por meio da educação ambiental.

Projetos técnicos específicos de recuperação da microbacia hidrográfica estabelecem o cronograma de cercamento, revegetação e implantação de práticas de conservação de solo, o que tem levado a êxito o projeto Ser Natureza.





ANÁPOLIS

População: 336.491 habitantes

SANDRA MARA GARBELINI Promotora de Justiça do MP-GO

Em 2015, a promotora de Justiça Sandra Mara Garbelini, da 15ª PJ de Anápolis, iniciou as tratativas com a rede de meio ambiente (municipal e estadual) responsável pelo manancial de abastecimento público de Anápolis (Ribeirão Piancó). Inicialmente, no intuito de constatar a situação crítica do manancial e escutar os envolvidos. Após algumas reuniões, foi deliberada a realização da audiência pública na área rural da margem direita do Ribeirão Piancó, que ocorreu em 2015 e contou com a presença de mais de 100 pessoas, em sua grande maioria, proprietários rurais. Na oportunidade, a promotora de Justiça informou a forma de atuação do Projeto Ser Natureza de Anápolis, enfatizando que a escuta, o estabelecimento do diálogo e a construção coletiva com toda a rede envolvida nesta demanda seriam a base dos trabalhos da promotoria. E, assim, criou-se um Grupo Gestor, composto por representantes dos proprietários rurais da bacia, Secima, Saneago, Emater, Prefeitura, Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial (Caej) e Promotoria de Justiça. Este grupo possui a missão de planejar e articular todas as ações desenvolvidas com a Implantação do projeto.

Em 2015, a Emater e a Saneago apresentaram a proposta do projeto de recuperação ambiental, elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater), que foi abraçada pela rede ambiental.

No final de 2015, a Emater elaborou o projeto de recuperação ambiental que contempla a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a realização de outorgas coletivas de uso da água, recuperação de aproximadamente 40 nascentes, recuperação de 100 hectares de APP, com o plantio de aproximadamente 100 mil mudas de espécies nativas do Cerrado, construção de mais de 300 bacias de captação e ações de implantação de educação ambiental. Ajustes no projeto foram feitos, já que é uma área de 11.129 ha, contemplando 180 propriedades rurais, totalizando um custo de 3 milhões de reais e com ações a serem desenvolvidas até 2018.

Em 2016, o projeto atualizado pela Emater foi entregue oficialmente pela promotora de Justiça Sandra Garbelini e pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Suelena Carneiro, ao presidente da Saneago, José Taveira. Por meio de articulação entre as instituições, foi acordado que a Saneago arcaria com o valor de R\$ 757.930,00, que corresponde a 20,6% dos custos

“Trabalhar no Programa Ser Natureza foi uma experiência enriquecedora, que me engrandeceu como profissional e pessoa, especialmente por me proporcionar uma forma diferente de estabelecer a parceria com a sociedade na resolução do conflito ambiental, envolvendo-a na tomada de decisões e no compartilhamento das soluções. Percebi que, ao dialogar com a sociedade na mediação do problema, podemos defender com mais eficiência os seus interesses, conforme incumbe a Constituição Federal ao Ministério Público.”

SANDRA MARA GARBELINI



do projeto e que será repassado à Emater por meio de um convênio mobilizado pelo MP-GO. O Grupo Gestor irá definir a implantação das ações do projeto, acompanhar a sua execução, mobilizar a rede envolvida e reunir com parceiros, de acordo com a metodologia adotada pela Caej/MP-GO.

Outra articulação feita pela Promotoria de Justiça fez com que a Secima assumisse a recuperação ambiental das 40 nascentes do Piancó e monitoramento por três anos.



RESULTADOS

- Debate sobre a importância do manancial de abastecimento público para toda a comunidade das áreas rural e urbana
- Promoção de debate interinstitucional com a rede ambiental municipal e estadual envolvida no abastecimento público do município de Anápolis
- Elaboração de projeto de recuperação ambiental de toda a bacia do Ribeirão Piancó
- Maior transparência das ações municipais e estaduais, no que diz respeito ao abastecimento público
- Negociação estadual para o financiamento da execução do projeto de recuperação pela Saneago
- Articulada com Secima a recuperação ambiental de 40 nascentes da bacia do Piancó
- **Ações judiciais evitadas:** no mínimo, 183 ações judiciais, das quais 2 contra o município e 1 contra a Saneago para a proteção do manancial; e outras 180 contra proprietários rurais do município para o cumprimento do Código Florestal, visando à restauração das áreas de preservação permanente e à recuperação das áreas degradadas.







FAINA

População: 7.004 habitantes

WÂNIA MARÇAL DE MEDEIROS Promotora de Justiça do MP-GO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE
EDIVAR DA COSTA MUNIZ Promotor de Justiça do MP-GO

A comunidade de Faina solicitou ao MP-GO, em 2009, a adesão ao Projeto Ser Natureza, e o grupo definiu que o início do projeto seria pela recuperação das 18 nascentes do Rio do Peixe I e II, situadas em três propriedades rurais, sendo estas os mananciais de abastecimento público do município. O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), elaborado por um geógrafo voluntário, em parceria com a Emater local, foi apresentado para o Executivo e Legislativo municipais, gestores estaduais (Semarh, Agetop, Emater e Secretaria de Agricultura), empresários, sociedade civil e representantes do Ministério Público em uma roda de conversa na sede do MP-GO, coordenada pelo Caoma. Foram realizados trabalhos de conservação de solo nas propriedades rurais, cercamento e plantio de espécies nativas da região nas APP das nascentes.

Houve também um trabalho consistente de educação ambiental, envolvendo alunos do Colégio Estadual Lindolfo Cunha, que passaram por um curso de Produção de Mudas Nativas do Cerrado (40 horas) na Emater em Goiânia, no intuito de capacitá-los para a formação de viveiros domésticos, visando ao fornecimento de mudas às próximas etapas.



RESULTADOS

- Cercamento de nascentes do Rio do Peixe em duas propriedades rurais
- Execução de práticas de conservação de solo em propriedades rurais
- Execução de práticas de contenção de erosão em uma propriedade rural
- Plantio de mudas nativas do Cerrado nas APP's de duas propriedades rurais
- Capacitação de alunos da rede pública na formação de viveiros
- Mobilização da comunidade de Faina para a importância da proteção do meio ambiente
- Visita de campo no Rio do Peixe pelos alunos e membros do grupo de trabalho
- **Ações judiciais evitadas:** cinco ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção do manancial, uma para a implantação da educação ambiental e três contra os proprietários rurais para o cumprimento do Código Florestal.



“Projeto de recuperação de nascentes encampado pela comunidade que teve grande êxito. O trabalho conjunto e a participação de todos (MP e comunidade) foram os ingredientes essenciais para o sucesso da empreitada. Um verdadeiro exemplo.”

EDIVAR DA COSTA MUNIZ





GOIÁS

População: 24.439 habitantes

EDIVAR DA COSTA MUNIZ Promotor de Justiça do MP-GO

Em 2016, foi solicitada pelo Comitê de Preservação dos Mananciais de Abastecimento Público da Cidade de Goiás a inclusão do município no Projeto Ser Natureza do MP-GO. Esta solicitação foi acolhida pelo promotor de Justiça da comarca e foram realizadas, em 2016, quatro reuniões, ficando definidas: a criação do Grupo de Trabalho do Projeto Ser Natureza de Goiás; a elaboração do projeto de preservação do Ribeirão Bacalhau (manancial de abastecimento público que se encontra em estado mais degradado), sob responsabilidade da Emater e UEG de Goiás; a realização de estudos sobre o sistema de captação da Saneago. O GT, após a apresentação das duas demandas, planejará a execução do projeto de recuperação ambiental do Ribeirão Bacalhau e iniciará as articulações e negociações com a Saneago para a melhoria do sistema de abastecimento público do município.

Levantamento preliminar aponta que a bacia hidrográfica do Rio Bacalhau tem mais de 120 nascentes. Com base no estudo final, a Emater fará o projeto técnico de intervenção.



RESULTADOS

- Elaboração de projeto de recuperação ambiental da microbacia do Ribeirão Bacalhau
- Debate na comunidade sobre a importância da preservação do manancial
- **Ações judiciais evitadas:** no mínimo duas ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção e recuperação ambiental dos mananciais de abastecimento público e uma contra a Saneago. Além dessas, ainda havia a possibilidade de se judicializar demandas contra os proprietários rurais que estivessem em situação irregular diante das disposições do Código Florestal.



“Mobilização social visando evitar o racionamento de água e a recuperação de manancial de abastecimento. Em fase de implementação, mas já com grande capacidade de êxito em função da participação de vários órgãos e da sociedade civil.”

EDIVAR DA COSTA MUNIZ





ITAPURANGA E GUARAÍTA

População: 26.639 habitantes / 2.268 habitantes

FELIPE DE ABREU FERES Promotor de Justiça do MP-GO

As Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Itapuranga e de Guaraíta procuraram o promotor de Justiça Felipe Feres solicitando a implantação do projeto Ser Natureza de Recuperação de APP para trabalhar a proteção e recuperação do Rio Canastra, manancial de abastecimento dos dois municípios. O promotor de Justiça abraçou a ideia e, em 2015, foi realizada a primeira audiência pública de Itapuranga, que teve como objetivo apresentar o funcionamento e a metodologia do Ser Natureza e colher a adesão dos prefeitos ao projeto. Como produto dessa audiência, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) que, na verdade, já existia como Comitê do Rio Dourado.

Também em 2015, foi realizado o Dia de Campo, para que o GT, que representa a comunidade dos dois municípios, conhecesse a situação ambiental de seu manancial e, a pedido do prefeito de Guaraíta, audiência pública naquele município foi promovida.

Em seguida, a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) elaborou o estudo da bacia do Rio Canastra, apresentando ao GT o projeto de recuperação ambiental da sub-bacia do Córrego Campininha (sub-bacia do Rio Canastra), 1ª Etapa, que corresponde a uma área de 614 ha. Para os trabalhos de conservação de solo, isolamento e plantio de APP nesta área, serão necessárias 1.652 estacas de eucalipto, 44 mourões e 35 bolas de arame liso para o cercamento; 9 mil mudas de espécies nativas do Cerrado; maquinário, operadores e combustível para os serviços de conservação de solo e mão de obra para as ações. Estima-se que o custo total dessa etapa é de R\$ 150 mil.

Após o projeto finalizado, o setor público, empresariado e comunidade dos municípios de Itapuranga e Guaraíta foram convidados pelo promotor de Justiça a participar das audiências públicas para fechar parcerias na efetivação do Projeto Ser Natureza de Itapuranga e de Guaraíta.

Os dois encontros em Itapuranga foram bastante produtivos e alcançaram, com as contribuições, quase a totalidade dos custos da primeira etapa de recuperação. Entre os parceiros estão a Saneago, Secima, Prefeituras de Itapuranga e Guaraíta e empresariado da região.

Conforme o promotor de Justiça Felipe Feres, a complexidade do trabalho de recuperação do Rio Canastra, que possui cerca de 500 nascentes, e o relevo da região são um desafio.

Após a efetivação das parcerias do projeto, o GT planejou a execução das ações nas 27 propriedades rurais dessa etapa. A execução contempla, sempre sob a coordenação técnica da Emater de Itapuranga e Guaraíta, ações de construção de terraços, bacias de captação e curvas de nível, além de isolamento e plantio de APPs de 13 (treze) nascentes.

Em 2015, o GT organizou a visita em duas propriedades, sendo uma em Guaraíta e outra em Itapuranga, para conhecer e acompanhar as ações já realizadas. A Secima doou as 6 mil mudas necessárias para esta primeira etapa.

“Além do relevante aspecto de preservação e recuperação do meio ambiente, considero extremamente gratificante a confiança depositada no Ministério Público do Estado de Goiás pela sociedade local, bem como a credibilidade de que goza a instituição”

FELIPE DE ABREU FERES



Em 2016, iniciou-se a tratativa com as unidades escolares municipais e estaduais de Itapuranga e Guaraitá para planejar a implantação do projeto de Educação Ambiental na rede formal de ensino dos municípios. Foram apresentados os projetos que serão implantados nas escolas municipais e estaduais, contemplando ações que valorizem o manancial de abastecimento público. Entre as ações estão: palestras sobre meio ambiente; formação de viveiros; elaboração de jornal ecológico; concurso de pinturas, fotos e redação; coleta de sementes; produção de mudas; apadrinhamento de nascentes; visitas a propriedades rurais;



levantamento histórico do Rio Canastra e plantio de espécies. Ainda em 2016, a coordenadora do Centro de Apoio operacional da Educação, Simone Disconsi, conheceu pessoalmente os projetos das unidades escolares. Este trabalho terá continuidade nas unidades de ensino.

Finalizada a primeira etapa do projeto, em 2016, o grupo definiu que vai continuar trabalhando na sub-bacia do Córrego Campininha e do Córrego Guará e que a 2ª Etapa contemplará aproximadamente 95 propriedades rurais.

RESULTADOS

- Efetivação de parcerias com o setor privado e público na implantação do projeto
- Cercamento de 13 nascentes nas 27 propriedades da primeira etapa do projeto
- Plantio de 9 mil espécies nativas do Cerrado nas 13 nascentes da primeira etapa do projeto
- Execução de 107 bacias de captação e 198 ha de terraços em 27 propriedades rurais
- Implantação de projetos de educação ambiental nas oito escolas municipais e estaduais de Itapuranga e Guaraitá
- Sensibilização e debate da importância da preservação e proteção ambiental do manancial de abastecimento público nas comunidades de Itapuranga e Guaraitá
- **Ações judiciais evitadas:** 29 ações judiciais, sendo uma contra o município, uma contra a Saneago para a proteção e recuperação ambiental do manancial de abastecimento público, e outras 27 contra proprietários rurais do município para o cumprimento do Código Florestal, visando à restauração das áreas de preservação permanente e à recuperação das áreas degradadas.





IPORÁ

População: 32.194 habitantes

JOSÉ CARLOS MIRANDA NERY JÚNIOR Promotor de Justiça do MP-GO

PAULO RANGEL DE OLIVEIRA Promotor de Justiça do MP-GO

MURILO DA SILVA FRAZÃO Promotor de Justiça do MP-GO

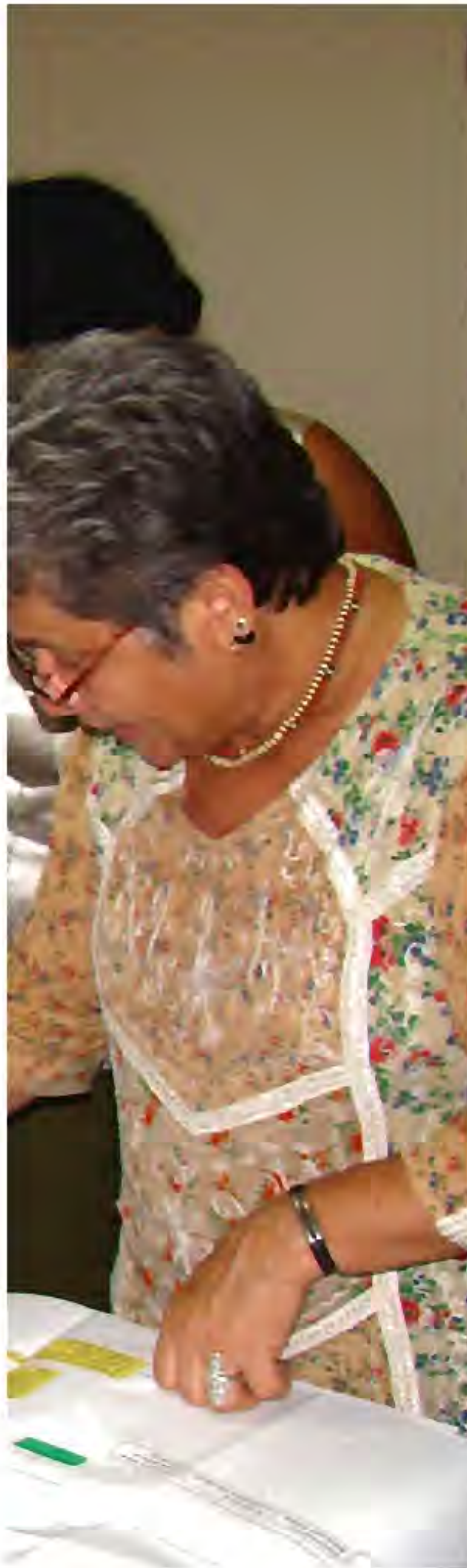
A revitalização da Área de Preservação Permanente da Vertente Rica foi a demanda escolhida pelo Grupo de Trabalho do Projeto Ser Natureza de Iporá, criado pelo promotor de Justiça da comarca em 2009. Um dos impactos na vertente decorria da instalação do loteamento Residencial Brisa da Mata, que não respeitava a legislação ambiental. O loteamento ficou quase um ano “embargado extrajudicialmente”, de forma negociada com o grupo de trabalho do Ministério Público do Estado de Goiás. Após rodas de conversa e negociações com o proprietário, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que definiu regras para a adequação do parcelamento em respeito à legislação ambiental.

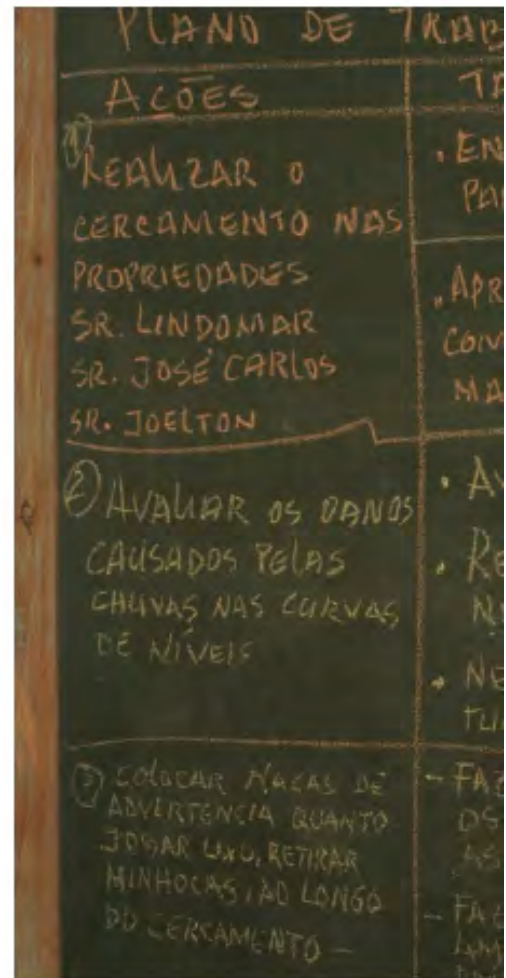
RESULTADOS

- Foram feitas adequações na planta original do loteamento, de forma a não permitir a construção de residências nas áreas onde o lençol freático estava elevado
- Aumento da área de preservação ambiental do loteamento
- Definição de formas adequadas para o saneamento no loteamento Brisa da Mata, com o custo para o empreendedor
- **Ações judiciais evitadas:** no mínimo, duas ações judiciais, sendo uma contra o município, que permitiu o loteamento em áreas protegidas pela legislação, e uma contra o loteador.

“O trabalho direto com a comunidade e de uma forma propositiva foram desafios que aceitei apoiado pela equipe do projeto Ser Natureza com o único propósito de aprimorar a minha atuação na área ambiental. As reuniões com o grupo de trabalho sempre traziam resultados que a Promotoria não conseguia por meio de ofícios ou ajuizamento de ações. Constatei rapidamente que a atuação articulada e propositiva que caracteriza o Ser Natureza é a forma mais eficiente para atuação na área ambiental.”

JOSÉ CARLOS MIRANDA NERY JÚNIOR





JAUPACI

População: 3.024 habitantes

ANA PAULA ANTUNES VIEIRA NERY Promotora de Justiça do MP-GO

Em 2009, por iniciativa da Secretaria Municipal de Ação Social, um grupo de pessoas do próprio órgão, do Cras, do Peti, do Projovem e outros parceiros já se movimentava para a recuperação do Córrego Taperão, dentro do projeto Verde e Água Renascente: águas para futuras gerações. Eles chegaram, inclusive, a fazer o replantio de centenas de mudas às margens da nascente do Taperão. Estas não vingaram e eles decidiram planejar outras ações. Uma delas foi a busca de apoio da Promotoria de Justiça. Por sua vez, o Ministério Público já vinha se preocupando com a situação de degradação do curso d'água apontada pelos moradores.

Considerando o interesse e o envolvimento da comunidade em buscar alternativas para resolver este problema, a promotora local aderiu ao Projeto Ser Natureza. A decisão foi tomada em roda de conversa, em 2010, quando o projeto foi apresentado oficialmente à comunidade.

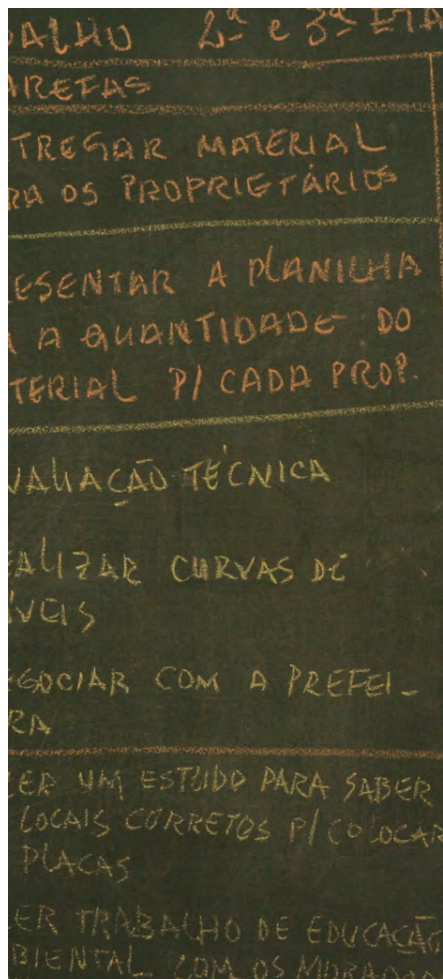
Um cronograma foi estabelecido, com prazo até dezembro de 2010, para o feitura dos terraceamentos e cercamento de veredas e curso d'água em 17 propriedades rurais. A Emater e os proprietários fizeram a marcação das curvas de nível, sendo providenciada a retirada das cercas antigas por mutirão. As máquinas da Prefeitura foram colocadas à disposição para os serviços e os proprietários arcaram com o combustível. Materiais como estacas, postes, fios e bobs foram doados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e assuntos Metropolitanos (Secima) para o município.

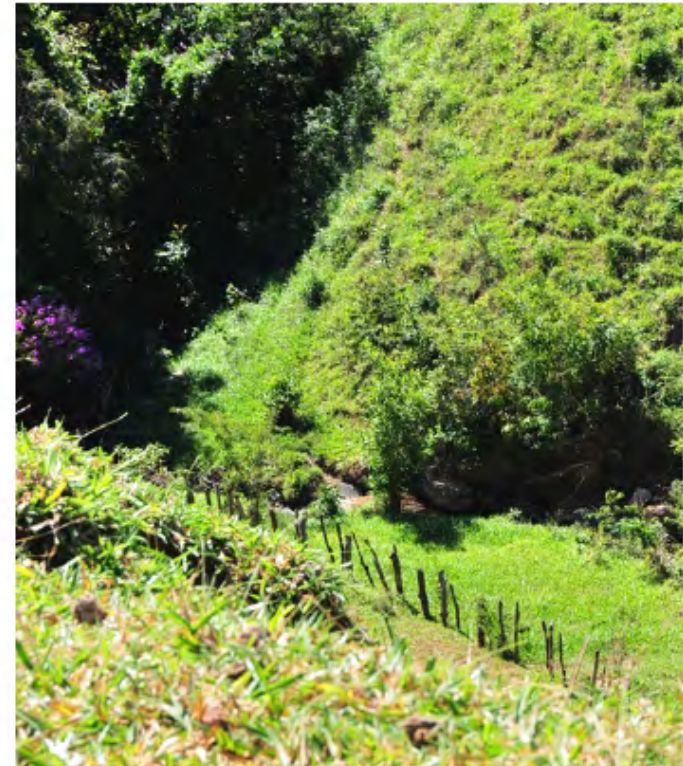
RESULTADOS

- Adesão da Prefeitura, que contribui com maquinário e mão de obra para o trabalho
- Adesão do técnico da Emater para orientar o trabalho de terraceamento e curvas de nível nas propriedades
- Aquisição das estacas e esticadores pela Secima
- Isolamento da área de preservação permanente de 17 propriedades rurais
- **Ações judiciais evitadas:** 18 ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção ambiental do curso hídrico e outras 17 contra proprietários rurais para o cumprimento do Código Florestal.

“O grupo de trabalho da cidade de Jaupaci era bastante mobilizado e, assim, rapidamente obtivemos, como primeiros resultados, o cercamento de áreas de preservação permanente importantes para proteção das nascentes do córrego que abastecia a cidade, seriamente ameaçado à época pelo trânsito de animais. As reuniões eram dinâmicas, interessantes e por meio delas, aproximei-me de lideranças locais. Para mim, o mais interessante, além do prazer de colaborar para a solução do problema ambiental, foi me sentir parte daquela comunidade.”

ANA PAULA ANTUNES VIEIRA NERY





MINAÇU

População: 31.031 habitantes

DANIEL LIMA PESSOA Promotor de Justiça do MP-GO

A primeira reunião para implantação do Projeto Ser Natureza em Minaçu foi realizada em 2015, na qual a 2ª Promotoria de Justiça de Minaçu, com o auxílio da Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial (Caej) e do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Caoma), iniciou as conversações sobre o tema e deliberou pela sua implantação naquele município, tendo como foco a recuperação das nascentes no Rio Bonito e uma outra no Água Boa.

Em 2015, realizou-se uma audiência pública promovida pelo Ministério Público, com a participação de quatro proprietários envolvidos na primeira etapa, moradores do município e dos representantes das entidades parceiras do Ser Natureza, como a Prefeitura, Sama Minerações Associadas, Tractbel, Instituto Federal Goiano (IFG), Saneago, Emater, Usina de Cana Brava, Câmara Municipal e Corpo de Bombeiros.

O projeto de Recuperação de APP do Rio Bonito, da primeira e segunda etapas, ficou a cargo da equipe do Núcleo em Extensão de Desenvolvimento Territorial Rural Serra da Mesa, em Goiás - IFG. O projeto da primeira etapa mapeou 12 nascentes e da segunda, 21 nascentes. A primeira etapa foi realizada em 2015 e a segunda etapa desenvolvida em 2016.

O projeto Ser Natureza de Minaçu recebeu em 2º lugar o Prêmio Ambientalista: Recuperação e Regeneração do Bioma Cerrado” reconhecimento dado pela Sociedade Ambientalista Brasileira no Cerrado - SABC em 2016.

RESULTADOS

- Elaboração de dois projetos de recuperação da APP do Rio Bonito, envolvendo 5 proprietários e 12 nascentes, na primeira etapa e 6 proprietários e 21 nascentes na segunda.
- Dia de Campo com o Grupo de Trabalho
- Isolamento e reflorestamento de 43 nascentes do Córrego Água Boa
- Confecção e instalação de placas alusivas às ações do projeto nas propriedades onde o trabalho foi realizado
- Participação das escolas municipais e estaduais na etapa do reflorestamento das nascentes
- **Ações judiciais evitadas:** 11 ações judiciais contra os proprietários rurais para a adequação ao Código Florestal.

“O programa me possibilitou presenciar o uso de instrumentos legais de atuação extrajudicial (audiências públicas, recomendações, TACs), com a efetiva participação social (representantes de empresas, do poder público, educadores e alunos, proprietários rurais e, até mesmo, reeducandos), em prol de um nobre fim: por meio do diálogo da prevenção, conscientizar sobre a responsabilidade humana de SER NATUREZA.”

DANIEL LIMA PESSOA



MINEIROS

População: 60.464 habitantes

EDUARDO SILVA PREGO Promotor de Justiça do MP-GO

DANIEL ROBERTO DIAS DO AMARAL Promotor de Justiça do MP-GO

HENRIQUE GOLIN Promotor de Justiça do MP-GO

MARCELO CREPALDI DIAS BARREIRA Promotor de Justiça do MP-GO

O Projeto Ser Natureza de Mineiros foi levado ao município pelo promotor de Justiça Eduardo Prego em 2008, sendo a demanda escolhida a recuperação da Matinha do Monjolo, que se situa no perímetro urbano, ao lado do parque municipal.

Em seguida, coube a uma ONG do município realizar o diagnóstico da área e foram verificados os seguintes problemas: despejo de lixo, assoreamento das margens das nascentes, ausência de coletores de lixo no parque Canto do Cerrado, ocupações irregulares na APP e falta de sistema de contenção de água da chuva no bairro, que provocava erosões. Um estudo detalhado foi realizado com o envolvimento da ONG, Secretaria de Meio Ambiente de Mineiros, Empresa de Saneamento de Mineiros e UEG.

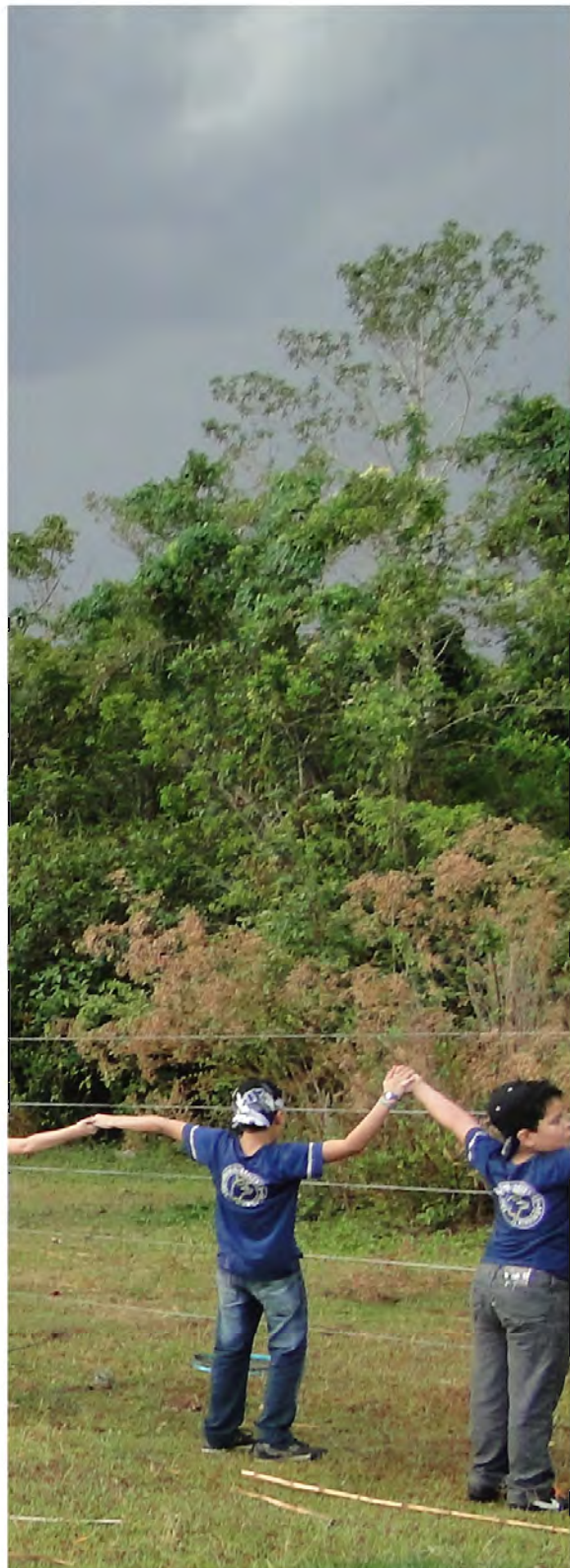
Ações com a comunidade foram lideradas pelo Grupo de Trabalho, que realizou várias atividades nas escolas e nos espaços públicos do município para promover a conscientização ambiental dos cidadãos mineienses. Entre essas atividades estavam o Dia D + Ambiente, realizado em 2010, e o Abraço à Árvore, em 2011.

As nascentes da Matinha do Monjolo foram cercadas e revegetadas com espécies nativas. Também foi feito o acompanhamento da implantação do Parque Canto do Cerrado. Outras ações desenvolvidas foram a instalação de piezômetros para verificação do nível do lençol freático e o monitoramento da qualidade da água utilizada para a irrigação de hortaliças; a recuperação de erosões em área particular próximo às nascentes; intervenções de engenharia no lago da cidade e a adequação ambiental de um loteamento próximo à APP da Mata do Monjolo.

“Projeto como o Ser Natureza, que visa fomentar uma cidadania ativa, na visão deste promotor de Justiça, é a única solução efetiva para um país melhor. Seja qual for a matéria tratada (meio ambiente, segurança, saúde, etc), ensinar o cidadão a exigir seus direitos como integrante de uma coletividade foi um dos trabalhos mais produtivos já realizados pelo Ministério Público de Goiás.

É improdutivo querer “combater” o mal por meio de “processos”. Tudo que se combate fica mais forte. Quando há uma sociedade orientada, o MP não precisa combater, os cidadãos cortam o problema pela raiz.”

DANIEL ROBERTO DIAS DO AMARAL



Ações de educação ambiental foram inseridas nos Planos Político Pedagógico (PPP) das escolas municipais e estaduais do município para trabalhar as temáticas de recuperação ambiental, arborização urbana e coleta seletiva de lixo. O grupo fomentou a estruturação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e a transparência na prestação de contas do Fundo Municipal.

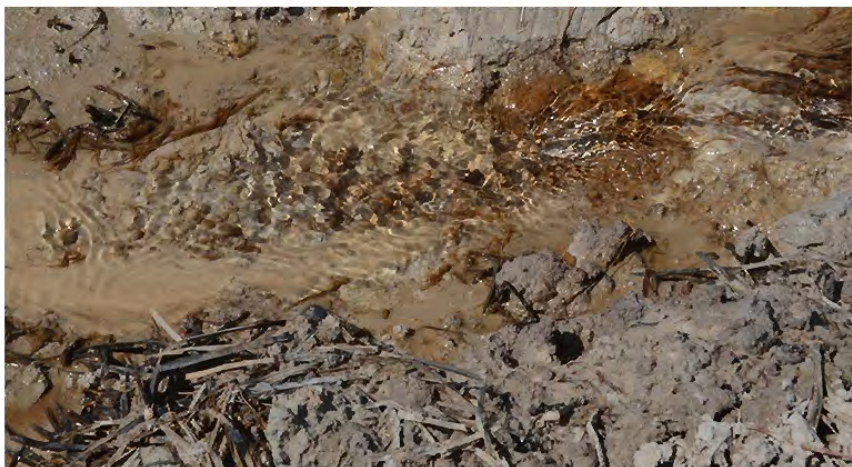




RESULTADOS

- Cercamento das APPs das nascentes da Matinha do Monjolo
- Instalação de placas de advertência de uso da Matinha do Monjolo
- Monitoramento da qualidade de água nas chácaras adjacentes à Matinha do Monjolo
- Plantio nas áreas das nascentes da Matinha do Monjolo
- Ações de controle de erosão próxima ao Lago Canto do Cerrado
- Ações Intervencionistas no loteamento ao lado do Lago Canto do Cerrado
- Ações de mobilização da comunidade
- Ações de educação ambiental inseridas no PPP de escolas municipais
- Reestruturação do Conselho Municipal do Meio Ambiente
- Acompanhamento dos gastos do Fundo Municipal do Meio Ambiente pelo grupo de trabalho
- Ações judiciais evitadas: três ações judiciais contra o município, sendo uma para a proteção da APP na Matinha do Monjolo, uma para ações de intervenção do Lago Canto do Cerrado e uma para a reestruturação do Conselho Municipal de Meio Ambiente.








MOZARLÂNDIA

População: 14.752 habitantes


PAULO VINÍCIUS PARIZOTTO Promotor de Justiça do MP-GO
DIEGO OSÓRIO DA SILVA CORDEIRO Promotor de Justiça do MP-GO



O projeto Ser Natureza de Recuperação de APP de Mozarlândia teve início em 2014, sob a coordenação do promotor de Justiça Paulo Vinícius Parizotto. Após a elaboração do projeto da primeira etapa pela Emater, o promotor convidou para uma reunião os representantes do setor empresarial. Eles não eram muitos, mas garantiram cerca de 80% do material necessário ao cercamento das cinco nascentes do Córrego Barreirinho e um trecho do curso existente entre elas. Para o cercamento das 5 nascentes, conforme indicação técnica da Emater, foram necessários 1.772 postes de madeira, 73 mourões e 35 rolos de arame liso. Sensibilizados pela possibilidade de colaborar com a proposta de recuperação do manancial de abastecimento da cidade, empresários e pessoas físicas foram sistematicamente reduzindo a lista de itens apresentada.

A execução do projeto da primeira etapa foi realizada por meio de mutirão envolvendo os proprietários rurais, membros do Grupo de Trabalho, prefeitura de Mozarlândia e sociedade civil. Uma capacitação pela Emater foi realizada no município, abordando o Código Florestal Brasileiro e o Goiano, que regulamentam dispositivos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e outras particularidades.


Outra demanda do grupo foi fomentar a criação e o fortalecimento do Conselho Municipal do Meio Ambiente e a criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente, demanda essa atingida pelo grupo do Ser Natureza.



A segunda etapa do projeto finaliza no ponto de captação da Saneago. Para esta fase o trabalho foi de adequação ambiental em seis propriedades rurais, realizado em 2016. Para 2017 a demanda refere-se ao fomento da implantação de projetos de educação ambiental nas oito escolas públicas; criação da lei de proteção do manancial de abastecimento público e implantação das práticas de conservação de solo nas propriedades rurais.

RESULTADOS

- Cercamento de APP das nascentes/veredas e curso d'água em 11 propriedades rurais
- Plantio de APP das cinco nascentes/veredas e curso d'água em 11 propriedades rurais
- Assinatura dos Termos de Ajustamento de Conduta com todos os proprietários rurais
- Criação e fortalecimento do Conselho Municipal do Meio Ambiente
- **Ações judiciais evitadas:** 14 ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção e recuperação do manancial de abastecimento público, uma para a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, uma contra a Saneago para a recuperação ambiental do manancial, e outras 11 contra proprietários rurais para a adequação ao Código Florestal.



“Desenvolver o Programa Ser Natureza nos municípios de Mozarlândia e Araguapaz deu-me a honra e maturidade de enxergar que determinados problemas sociais podem ser resolvidos de forma mais efetiva quando buscamos soluções de mãos dadas com a comunidade. Vivenciar, em pouco espaço de tempo, as transformações da natureza e das pessoas envolvidas me dignificaram ainda mais como promotor de Justiça.”

PAULO VINÍCIUS PARIZOTTO





NERÓPOLIS

População: 27.341 habitantes

ELAINI CRISTINA ALVES PIRES TREVISAN Promotora de Justiça do MP-GO

O Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP foi iniciado em 2009, a pedido da promotora de Justiça, com a realização de uma audiência pública. A demanda escolhida pelo Grupo de Trabalho de Nerópolis foi a revitalização do Córrego Seco. Foram feitos estudos técnicos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Emater local e apontadas as ações necessárias a serem buscadas pelo grupo, sendo priorizada a execução de ações recuperatórias na área rural onde estão as nascentes. Após esta etapa, o grupo debateu a respeito da situação ambiental na área urbana do córrego, que se encontrava degradada. Medidas emergenciais de contenção das erosões dos taludes na área urbana, limpeza da calha do curso e construção de gabião foram definidas em roda de conversa entre os articuladores sociais e parceiros. Ações de educação ambiental também foram feitas nas escolas para conscientizar a população a não jogar lixo no córrego.

Outra demanda definida pelo Grupo de Trabalho foi a reativação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, que se deu em 2010. Nova eleição e atualização do regimento interno foram realizadas por iniciativa do próprio grupo e conselheiros.

Também foi promovido o debate sobre a Lei Nacional de Educação Ambiental e a elaboração de uma lei municipal. Após isso, foi promulgada a Lei nº 1.590/2010, que efetivou a educação ambiental nas escolas municipais e estaduais em Nerópolis.

RESULTADOS

- Implantação de ações de curvas de nível e bacias de captação de água nas áreas das nascentes do Córrego Seco
- Cercamento e plantio das nascentes do Córrego Seco
- Implantação de ações recuperatórias do Córrego Seco na área urbana
- Reativação e fortalecimento do Conselho Municipal do Meio Ambiente
- Criação da Lei Municipal de Educação Ambiental com a participação da comunidade
- Implementação de cursos de educação ambiental na rede de ensino de Nerópolis
- **Ações judiciais evitadas:** três ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção e recuperação do curso hídrico; uma para a implantação da Educação Ambiental e uma contra o proprietário rural para a adequação ao Código Florestal.

“Ao longo de várias rodas de conversa que foram realizadas, fomos percebendo a necessidade de buscar parcerias para ajustar os conflitos e os problemas existentes. Percebi o tanto que é proveitosa e eficiente a construção conjunta, além de que legitima as ações do promotor de Justiça. O projeto trouxe-me um crescimento pessoal e também na comunidade, pois ela passou a constatar que faz parte da solução do problema. Hoje, a comunidade me procura para resolver os problemas ambientais da comarca, eu não mais preciso ir atrás das informações. É realmente um programa fantástico!”

ELAINI CRISTINA ALVES PIRES TREVISAN





NOVA GLÓRIA

População: 8.575 habitantes

FLORIVALDO VAZ DE SANTANA Promotor de Justiça do MP-GO

O Grupo de Trabalho do Projeto Ser Natureza de Nova Glória, criado pelo promotor de Justiça Florivaldo Vaz de Santana, elegeu como prioridade a recuperação ambiental dos Córregos Jatobá e Várzea Alegre, mananciais de abastecimento público do município. Esse tema foi eleito pela comunidade, em virtude da escassez hídrica pela qual que o município passou nos anos de 2008 e 2009, o que levou ao racionamento no abastecimento público.

Em 2010, foi formado um Grupo de Trabalho composto por representantes das Secretarias Municipais envolvidas na temática, como a do Meio Ambiente, Educação e Obras, o Conselho do Meio Ambiente Municipal e a sociedade civil. Este grupo definiu três planos de trabalho: elaboração do projeto de recuperação ambiental dos mananciais; criação e fortalecimento do Conselho de Meio Ambiente e implantação de ações de educação ambiental nas escolas públicas do município. Para fazer o projeto de recuperação ambiental, a Promotoria de Justiça, o Caoma e a Caej articularam uma parceria com a Emater, a primeira do Estado. O projeto contemplou ações de conservação de solo, melhorias de estradas rurais e proteção de nascentes. Para a execução, foi realizada uma ampla articulação entre a Promotoria de Justiça e a Saneago, Batalhão Ambiental, proprietários rurais, usinas de cana-de-açúcar instaladas no município e sociedade civil.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente foi capacitado pela Caej e criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente. Foi orientada a elaboração do estatuto do conselho e também os planos de ação do órgão.

O trabalho de educação ambiental contou com a orientação técnica da equipe da Caej, que fez algumas reuniões específicas com as diretoras das unidades públicas escolares para o planejamento das ações.

RESULTADOS

- Recuperação ambiental em 23 propriedades rurais do município
- Execução de ações de terraceamento, construção de terraços, melhoria de estradas e construção de bacias de captação
- Isolamento de todas as nascentes existentes nas 23 propriedades rurais
- Plantio da APP nas 23 propriedades rurais
- Mobilização da comunidade de Nova Glória para a importância da preservação ambiental
- Estabelecimento de parcerias com o setor empresarial de Nova Glória para a efetivação das ações de recuperação e preservação ambiental
- Criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente
- Aprovação do estatuto e planos de ação do Conselho Municipal do Meio Ambiente
- **Ações judiciais evitadas:** no mínimo, 25 ações judiciais visando à restauração das áreas de preservação permanente e à recuperação das áreas degradadas, sendo uma contra o município, 23 contra os proprietários rurais e uma contra as empresas agrícolas do município.



“O Projeto Ser Natureza representa um importante instrumento de transformação junto à comunidade local quando de sua implantação, capaz de aglutinar representantes dos diferentes segmentos, proporcionando a conscientização e o desenvolvimento de ações práticas que geram resultados efetivos na defesa do meio ambiente.”

FLORIVALDO VAZ DE SANTANA





PANAMÁ

População: 2.722 habitantes

MÔNICA FACHINELLI DA SILVA Promotora de Justiça do MP-GO

O Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP foi implantado no município de Panamá no final de 2015, a pedido da promotora de Justiça. O objetivo é a recuperação do Córrego Paraiso, manancial de abastecimento público do município, cuja gestão é municipalizada.

Foi realizada uma audiência pública para colher a adesão do município na implantação do Projeto Ser Natureza e esclarecida a forma extrajudicial e dialógica em que a sua metodologia se baseia. O projeto foi acolhido pelos presentes, incluindo o prefeito e a sociedade civil.

Para a elaboração do projeto de recuperação ambiental, foi feita uma articulação entre a Promotoria de Justiça, Caema, Caej, Emater e Prefeitura para a reativação do escritório da Emater local. O projeto foi elaborado pela Emater Central e de Panamá e apresentado ao Grupo de Trabalho em 2016 e mobilizada a rede envolvida, ou seja, proprietários rurais, prefeitura e rede ambiental estadual para a sua execução nos anos de 2016 e 2017.

O projeto contemplou todas as quatro nascentes/brejos das quatro propriedades rurais que estão na bacia hidrográfica de abastecimento público, numa área de 553 hectares. O projeto inclui ações de isolamento das nascentes com a construção de aproximadamente 2km de cerca, manutenção de 10 km de estradas vicinais com a construção de 2 barraginhas e a recuperação de 3,77 hectares de APPs com plantio de 3.900 mudas.

Outro importante trabalho desenvolvido no município de Panamá é o de educação ambiental, que envolve as unidades escolares existentes no município.

Foi realizado um Dia de Campo com a rede envolvida ao final de 2016 dando encerramento às ações de recuperação ambiental.

RESULTADOS

- Reativação do escritório da Emater de Panamá
- Elaboração do projeto de recuperação ambiental do manancial pela Emater-GO
- Construção de duas barraginhas em áreas de voçorocas; realização de 2km de cerca para isolamento de nascentes e brejos; recuperação de 3,44 ha de APP's com o plantio de 3.900 mudas
- Realização de 404 ha de terraceamento de solo
- Implementação de ações de educação ambiental nas escolas do município
- **Ações judiciais evitadas:** cinco ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção e recuperação do manancial de abastecimento público e contra os quatro proprietários rurais, para a adequação ao Código Florestal.

“A adesão ao Ser Natureza foi um divisor em minha atuação como promotora de Justiça. Abandonei a atuação demandista e inaugurou-se a fase em que a comunidade passou a sentir-se parte do problema e a deliberar pelas soluções. Criaram-se vínculos com a sociedade, que passou a encerrar no Ministério Público um parceiro, em vez de um algoz. O Ser Natureza fortaleceu minha atuação não só na área ambiental, mas em todas as áreas de atuação, pelo respeito e reconhecimento conferidos pela sociedade ao Ministério Público.”

MÔNICA FACHINELLI DA SILVA







PARANAIGUARA

População: 9.760 habitantes

DANIELA LEMOS SALGE Promotora de Justiça do MP-GO

Em 2015, foi realizada a audiência pública de implantação do Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP de Paranaiguara, com a presença de 120 pessoas da comunidade, a convite da promotora de Justiça. Naquele município, o MP-GO começou a apurar, em 2004, diversas irregularidades nas áreas de proteção permanente dos Rios Mateira, Mateirinha e Bomba. Em 2007, foi firmado termo de ajustamento de conduta com alguns proprietários lideiros aos mananciais, parcialmente cumpridos, sendo esses rios os principais alimentadores do lençol freático desta bacia no município.

Assim, em razão de persistirem vários dos problemas ambientais anteriormente detectados, a promotora decidiu levar o Ser Natureza ao município, para que as ações recuperatórias se efetivassem, por meio do envolvimento da comunidade, em especial dos proprietários, e também de entidades parceiras.

O Projeto de Execução da Recuperação das APPs do Córrego Mateirinha primeira e segunda etapas, foi elaborado pela Emater, tendo sido realizados cercamento e plantio de espécies nativas em 30 propriedades rurais.

RESULTADOS

- Elaboração do projeto de recuperação da APP do Córrego Mateirinha (1ª etapa e 2ª etapa)
 - Mobilização da comunidade escolar para o plantio de mudas de espécies nativas nas áreas de nascentes e margem do curso do Ribeirão Mateirinha
 - Dia de Campo com o Grupo de Trabalho
 - Aquisição dos recursos materiais para realizar o isolamento e plantio das áreas mencionadas por meio de contribuições individuais mobilizadas pelo Grupo de Trabalho
 - Isolamento e plantio de áreas de preservação permanente em duas nascentes e em 30 propriedades rurais às margens do curso do Ribeirão Mateirinha
- Ações Judiciais evitadas:** 33 ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção e recuperação do manancial de abastecimento público e outras 32 contra os proprietários rurais, para a adequação ao Código Florestal.

“A adesão ao Projeto Ser Natureza foi motivada, em princípio, para assegurar o cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta ambiental. Com o passar do tempo, o projeto passou a inspirar a rotina da Promotoria de Justiça de Paranaiguara, de maneira que todos os seus integrantes passassem a acreditar em resultados concretos a partir do consenso. O objetivo do projeto contagiou a todos do Ministério Público com a mensagem de que, muitas das vezes, a união e o acordo obtêm mais resultados do que a imposição abstrata da legislação. Além disso, a execução do projeto permitiu que os integrantes do Ministério Público de diferentes áreas pudessem interagir, congraçar e contribuir para o êxito do objetivo.”

DANIELA LEMOS SALGE







PROFESSOR JAMIL

População: 3.380 habitantes

SANDRA RIBEIRO LEMOS Promotora de Justiça do MP-GO

Em 2015, ficou definida a entrada do município de Professor Jamil no Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP, tendo como foco a recuperação do manancial de abastecimento da cidade, o Rio Dourados. A audiência pública sobre o tema contou com autoridades locais e representantes da Seclma, Saneago e a sociedade civil do município. Em seguida, foi criado um Grupo de Trabalho para planejar as ações de recuperação e preservação ambiental do manancial, que possui mais de 200 km de extensão.

Foi realizada visita de campo em algumas áreas degradadas e preservadas às margens dos cursos d'água, ocupações ilegais, o ponto de captação de água para abastecimento, bem como a estrutura e funcionamento da Saneago local. Com esta visita, o grupo verificou a real necessidade de ações de recuperação ambiental.

A convite da promotora de Justiça, o técnico da Emater de Cromínia se prontificou a fazer o projeto de recuperação ambiental da primeira etapa, esta definida pelo GT, que aconteceu em uma propriedade rural com 12 nascentes do Rio Dourados. O projeto indicou a necessidade de fazer curvas de nível, 17 cacimbas e 23 hectares de terraços, bem como a correção de uma estrada interna e reparos em represas. Como as nascentes se encontram em bom estado de vegetação, a prioridade foi a execução das práticas de conservação de solo. Em 2016, comemorando o Dia Mundial da Água, mais de 50 pessoas puderam conferir as ações realizadas na Fazenda Princesinha do Asfalto. O evento contou com a presença de várias autoridades do município de Professor Jamil e de outros municípios vizinhos, que foram conhecer o Projeto Ser Natureza.



“O Ser Natureza é um projeto inovador e bastante efetivo, por meio do qual o MP-GO rompe com o paradigma tradicional de atuação e age como catalisador de forças dos agentes sociais. A sociedade civil se mobiliza, o que faz com que as pessoas envolvidas reconheçam seu trabalho nos resultados alcançados e passem a empreender esforços ainda maiores para atingir os objetivos no projeto. Com a experiência exitosa de Professor Jamil, ousa afirmar que as soluções construídas, por meio do debate com a comunidade, serão o futuro da atuação ministerial na seara extrajudicial.”

SANDRA RIBEIRO LEMOS



Foi feita uma articulação entre a Promotoria de Justiça, prefeitura de Professor Jamil e Emater para a reativação do escritório da Emater, passando o município a contar com um técnico para a assistência e extensão rural aos proprietários rurais. A 2ª Etapa contempla três propriedades rurais em uma área total de 1.457,56 hectares, com 16 nascentes. Serão feitos cercamento e plantio das APP's das nascentes e práticas de conservação de solo. Articulações e parcerias foram feitas entre a prefeitura, proprietários rurais e empresas locais para conclusão da etapa em 2017.



RESULTADOS

- Mobilização dos proprietários rurais do município de Professor Jamil para a preservação ambiental
- Elaboração, por etapas, do projeto de recuperação ambiental na microbacia do Rio Dourados
- Projeto de execução de 80 bacias de captação da água da chuva
- Projeto de execução de 559 ha de terraços, proporcionando maior infiltração de água no solo
- Proteção de 12 nascentes do Rio Dourados
- Reativação do escritório da Emater de Professor Jamil
- Debate permanente, pelo Grupo de Trabalho, sobre a importância da preservação ambiental
- **Ações judiciais evitadas:** seis ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção e recuperação do manancial de abastecimento público, uma contra a Saneago para a recuperação ambiental e quatro contra o proprietário rural, para a adequação ao Código Florestal.







SANCLERLÂNDIA

População: 7.788 habitantes

ANDRÉIA ZANON MARQUES JUNQUEIRA, Promotora de Justiça do MP-OC

O Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP de Sanclerlândia foi solicitado em 2014 pela promotora de Justiça e aceito pelo gestor municipal, autoridades e sociedade civil de Sanclerlândia. Foi criado um Grupo de Trabalho com a rede ambiental do município e proprietários rurais, que definiu que o objetivo do projeto seria a recuperação ambiental do Córrego Corado, manancial de abastecimento público do município.

Por meio de articulação do Ministério Público, a equipe técnica das secretarias da Emater local e central foram responsáveis pela elaboração e orientação na execução do projeto de recuperação ambiental do Córrego Corado.

Na primeira etapa do projeto, entre o final de 2014 e o ano de 2016, foram feitos o cercamento e plantio de 17 nascentes em oito propriedades rurais. Essa execução foi possível devido ao empenho e à unidade do Grupo de Trabalho, que mobilizou a sociedade organizando vários mutirões tanto para o cercamento quanto para o plantio. Esta fase contou com a parceria da Prefeitura e suas secretarias, Saneamento, Secoms, proprietários rurais e sociedade civil.

Ações de educação ambiental no município foram incluídas na rotina das unidades escolares municipais e estaduais e vários eventos ambientais foram realizados.

O grupo confeccionou um vídeo retratando o histórico das ações implantadas, que foi apresentado no 20º Seminário Ambientalista no Corado.

No final de 2016, houve a assinatura dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com os proprietários rurais que contemplam as responsabilidades na manutenção das ações nas propriedades que integram a 1ª etapa.

A segunda etapa, conforme definido pelo Grupo de Trabalho (GT), tem como objetivo total e revegetar 37 nascentes em 2016/2017, sendo a Emater e responsável pela elaboração dos projetos. O mesmo já foi elaborado e apresentado, em audiência pública, aos nove proprietários rurais que aderiram imediatamente ao projeto Ser Natureza. As práticas de conservação de solo nas quatro propriedades rurais contemplam 735 ha. Projetos de fomento à educação ambiental nas escolas municipais, de forma a intensificar as ações já realizadas, são demandas de 2017.



“O Projeto Ser Natureza simboliza não só a possibilidade de resolução do furo extrajudicial e efetiva de sérias problemáticas ambientais de difícil reparação, como também representa a aproximação do promotor de Justiça com a sociedade e o empoderamento por parte desta na resolução de questões importantes para a sua própria comunidade, o que torna o trabalho muito gratificante.”

ANDRÉIA ZANON MARQUES JUNQUEIRA

RESULTADOS

- Mobilização da comunidade para a questão ambiental
- Capacitação sobre os Códigos Florestais Nacional e Estadual para os proprietários rurais
- Isolamento de 54 nascentes na APP do Córrego Cerrado
- Plantio de 54 nascentes na APP do Córrego Cerrado
- Implantação de práticas de conservação de solo nas propriedades rurais
- Elaboração de dois vídeos sobre o Projeto Ser Natureza de Sanclerlândia
- Mobilização da comunidade escolar para a questão ambiental
- Construção de viveiro de mudas nativas do Cerrado na área da Saneago do município
- **Ações judiciais evitadas:** 20 ações judiciais no mínimo, sendo duas contra o município (uma para a proteção do manancial e uma para implantação da educação ambiental), uma contra a Saneago para a proteção do manancial de abastecimento público, e outras 17 contra os proprietários rurais do município.






PROJETO SER NATUREZA SANCLERLÂNDIA

Mutirão Cercamento/Plantio

Venha participar dessa ação!



Proprietário	Data	Contato





SÃO JOÃO DA PARAÚNA

População: 1.597 habitantes

MURILO DA SILVA FRAZÃO Promotor de Justiça do MP-GO

RODRIGO FERNANDES CRUZ HUMBERTO Promotor de Justiça do MP-GO



No final de 2014, o Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP foi implantado oficialmente em São João da Paraúna, a pedido do promotor de Justiça Murilo Frazão e da comunidade. O Grupo de Trabalho foi criado em seguida, com representantes das Secretarias de Meio Ambiente, Educação, Saúde, Agricultura e Obras, proprietários rurais, vereadores e sociedade civil. O objetivo do projeto é recuperar e preservar o Córrego São João, manancial de abastecimento da cidade, das nascentes até o ponto de captação de água, o que envolve 18 propriedades rurais.

A primeira ação do grupo foi conhecer a realidade ambiental do referido manancial, com uma visita de campo nas propriedades rurais sob orientação da equipe técnica do MP-GO.

O projeto de recuperação ambiental está sendo elaborado pela Emater e o de Educação Ambiental, que envolverá as escolas públicas do município, pela Faculdade Montes Belos (FMB), parceira da prefeitura no Projeto Ser Natureza.

O debate na comunidade de São João da Paraúna sobre a necessidade da proteção do manancial tem chegado à Câmara dos Vereadores, que estuda a proposta de lei de proteção do manancial.



RESULTADOS

- Mobilização e debate na comunidade sobre a importância da proteção ambiental do manancial de abastecimento público e das práticas sustentáveis de produção agrícola
- Realização do Dia de Campo em áreas degradadas e na APP da nascente ao curso do Córrego São João
- Convênio firmado entre a Prefeitura e a Faculdade Montes Belos para a elaboração de projeto de educação ambiental e recuperação do manancial
- **Ações judiciais evitadas:** três ações judiciais, sendo duas contra o município para a proteção e recuperação do manancial de abastecimento público e implantação de educação ambiental nas escolas municipais e uma contra a Saneago, para a recuperação ambiental.

“A possibilidade de participar do Projeto Ser Natureza surgiu como uma alternativa à atuação tradicional na área ambiental. Os resultados requerem engajamento e articulação e, até que sejam atingidos, a participação se mostra como uma oportunidade para uma aproximação efetiva com a sociedade e de fazer os cidadãos parte efetiva dos processos de transformação de temas que lhes afetam diretamente.”

MURILO DA SILVA FRAZÃO





SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA

População: 22.728 habitantes

CRISTINA EMÍLIA FRANÇA MALTA Promotora de Justiça do MP-GO

O município de São Miguel do Araguaia aderiu ao Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP no final de 2010. A demanda escolhida pelos membros do Grupo de Trabalho foi a recuperação do Córrego Ouro, manancial de abastecimento público do município. Conforme relatos, o rio costumava secar nos períodos de estiagem, o que comprometia o abastecimento da cidade. O projeto Ser Natureza trabalhou em três frentes: ações de recuperação do Córrego Ouro, educação ambiental e criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Um trabalho de educação ambiental foi feito no município com a mobilização das escolas municipais e estaduais sobre a importância da preservação do manancial. Foram realizadas oficinas, semanas culturais, concursos de redação, criação e gravação da música para o Córrego do Ouro, visitas às nascentes, participação em plantios, passeios ciclísticos do Centro à Estrada dos Pintados (Córrego Ouro) envolvendo os alunos e comunidade, com mobilização ampla na rádio local, e outras atividades. O Conselho do Meio Ambiente de São Miguel do Araguaia foi criado por lei e a sua composição concluída por meio de ampla divulgação e uma audiência pública para a eleição.

Atividades de cercamento e plantio de áreas de preservação ambiental do manancial foram executadas em cinco propriedades rurais após planejamento do Grupo de Trabalho.

Objetivos alcançados e projeto concluído em 2014.



RESULTADOS

- Implementadas ações de isolamento e plantio de APP em cinco propriedades rurais
- Executadas ações estruturais emergenciais para a adequação da Estrada dos Pintados, que provocava assoreamento no manancial
- Instaladas dezenas de placas de advertência nessa via, com o intuito de fomentar na população que trafega no local uma nova postura na preservação do manancial de abastecimento público
- Implantados projetos de educação ambiental nas escolas do município
- **Ações Judiciais evitadas:** sete ações judiciais, das quais uma contra o município para a proteção e recuperação do manancial de abastecimento público, uma contra a Saneago para a recuperação ambiental, e outras cinco contra os proprietários rurais para a adequação ao Código Florestal.

“A atuação com a comunidade ressaltou que o objetivo, quando comum e com a união, os resultados são alcançados.”

CRISTINA EMÍLIA FRANÇA MALTA





URUAÇU

População: 38.483 habitantes

AFONSO ANTÔNIO GONÇALVES FILHO Promotor de Justiça do MP-GO

O município de Uruaçu, em audiência pública realizada em 2015, aderiu ao Projeto Ser Natureza de Recuperação de APP, tendo como objetivo a recuperação do Rio Passa Três, manancial de abastecimento da cidade.

Participam do Grupo de Trabalho representantes da Saneago, Emater, as Secretarias do Meio Ambiente e da Educação, ONGs, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fundação Serra da Mesa, Agrodefesa, Conselho do Meio Ambiente e o Legislativo municipal.

A agenda de trabalho da primeira etapa, em 2015, teve como ações a elaboração do projeto técnico que corresponde às primeiras nascentes e envolve duas propriedades, seguido de sua execução, com o isolamento e reflorestamento das nascentes.

Rodas de negociações com gestores públicos, iniciativa privada e comunidade foram feitas para a aquisição dos recursos materiais e a realização da atividade de campo para cercamento e plantio.

O projeto de recuperação para a segunda etapa foi elaborado, contemplando 10 km de extensão no curso do rio e contemplando 14 nascentes, para execução em 2016.

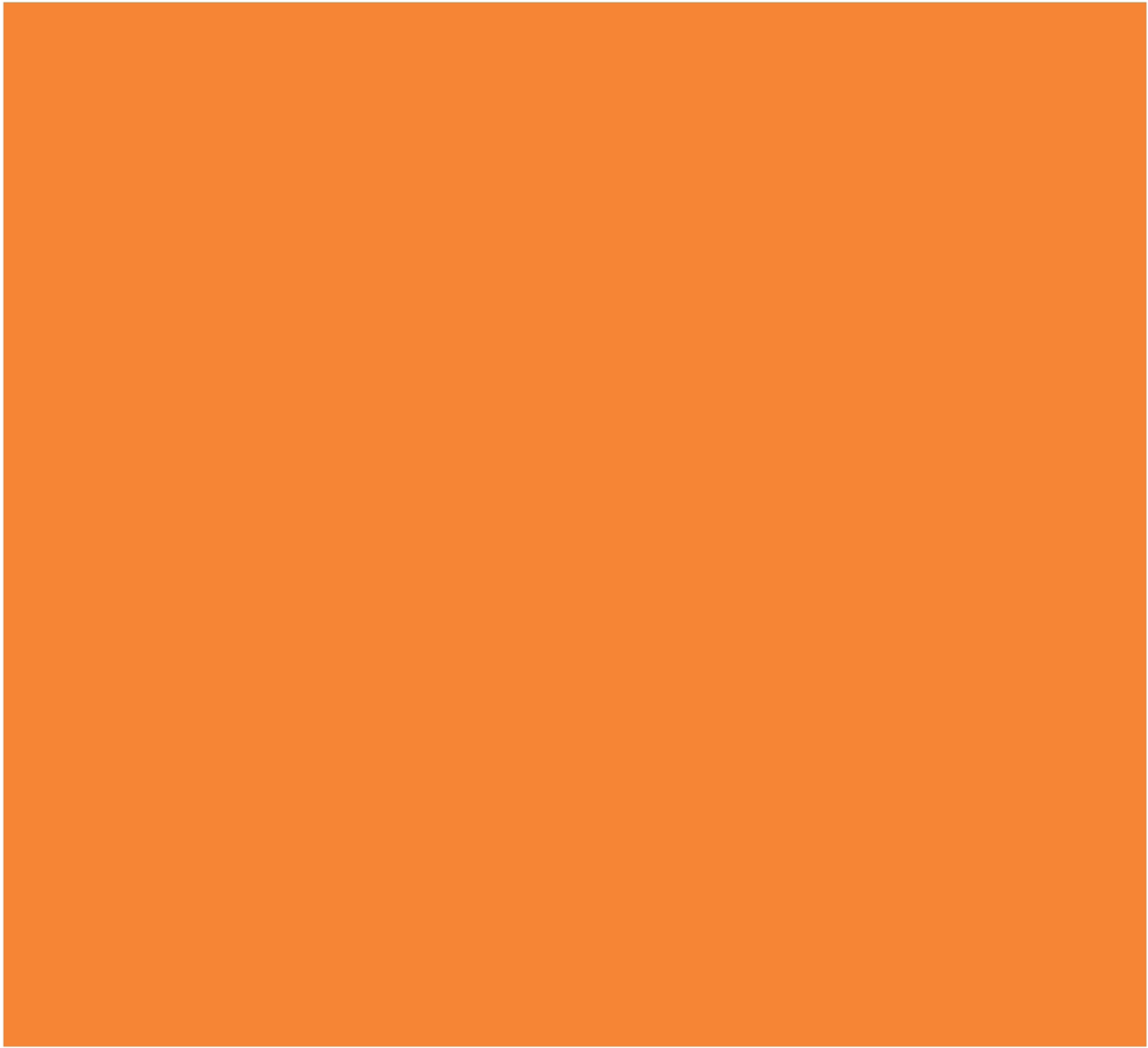
RESULTADOS

- Elaboração dos projetos de recuperação de áreas de nascentes do Córrego Passa Três pela Emater e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (1ª e 2ª etapa)
- Cercamento e plantio de 16 nascentes
- Ações Judiciais evitadas: quatro ações judiciais, sendo uma contra o município para a proteção e recuperação do manancial de abastecimento público, uma contra a Saneago para a recuperação ambiental e outras nove contra os proprietários rurais para a adequação ao Código Florestal.



“Constatar que o envolvimento da sociedade é imediato e expressivo faz com que o Ministério Público sintá-se encorajado e motivado para promover cada vez mais projetos desta natureza, instigando, assim, o aprimoramento do exercício da cidadania.”

AFONSO ANTÔNIO GONÇALVES FILHO



RESÍDUOS SÓLIDOS

O Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos tem como objetivo atender às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10) e as definições do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. O projeto fomenta o debate e o diálogo entre a rede envolvida nesta política, ou seja, o Estado, o município, os catadores de materiais recicláveis, o setor empresarial e a sociedade civil. O Ministério Público tem o papel de articulador na implantação dessa política e mediador dos conflitos existentes.

Um dos princípios adotados é fazer com que as dificuldades e as soluções para a questão sejam percebidas de forma ampliada por toda a rede, observadas as especificidades de cada município.

O projeto busca a implantação da coleta seletiva, a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, a adequação ambiental do local de disposição final dos resíduos e a promoção da educação ambiental na comunidade em geral por meio de ações construídas coletivamente.



ACREÚNA

População: 21.730 habitantes

ANNA EDESA BALLATORE HOLLAND LINS BOABAID Promotora de Justiça do MP-GO

SANDRO HENRIQUE SILVA HALFELD BARROS Promotor de Justiça do MP-GO

Em 2015, o Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos foi implantado no município de Acreúna, a pedido da promotora Anna Edesa. A realidade local, no que diz respeito ao não cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, principalmente, ao trabalho de catação direta no lixão do município realizado por mais de 20 pessoas, fez com que a rede municipal envolvida se sensibilizasse e aceitasse a proposta da promotora de criar um Grupo de Trabalho para debater e planejar as ações visando resolver o problema, com a participação dos catadores de materiais recicláveis.

Em 2015, o Grupo de Trabalho e o prefeito fizeram uma visita ao aterro sanitário e às duas cooperativas de materiais recicláveis de Anápolis para trocar experiências com os cooperados e o Grupo de Trabalho do Projeto Ser Natureza de Anápolis.

Os promotores de Justiça envolvidos no projeto articularam parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), projeto Catasol, para fomentar a criação da cooperativa, a organização dos catadores, a elaboração do estatuto da cooperativa e capacitações continuadas aos cooperados.

As reuniões realizadas em 2016 proporcionaram vários resultados exitosos para esse município.

RESULTADOS

- Edição da lei municipal que cria o programa de coleta seletiva com inclusão social
- Realização da gravimetria (estudo qualitativo e quantitativo da produção de resíduos) no município
- Atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGRS)
- Fomento à criação da cooperativa pela parceria com o projeto Catasol/UFG
- Coleta seletiva implantada nas escolas públicas e privadas do município
- Doação de terreno para a construção da cooperativa
- Doação do Ministério Público do Trabalho de verbas para a construção da cooperativa
- Destinação de veículo para a coleta seletiva pela prefeitura
- Criação das rotas de coleta seletiva para o município
- Mobilização da comunidade para a implantação da coleta seletiva
- Desenvolvimento de parcerias com o setor empresarial na doação de materiais recicláveis

Ações judiciais evitadas: oito ações judiciais, sendo uma para a retirada dos catadores do lixão, uma para adequação ambiental da área de disposição de resíduos sólidos, uma para inclusão social dos catadores, uma para implantação da coleta seletiva e da educação ambiental, e outras quatro para cumprimento da exigência de implantação das políticas de habitação, saúde, educação e Infância, pois nem todos os catadores estavam incluídos nessas políticas públicas.

“A adesão ao projeto foi um divisor de águas em minha atuação na temática dos resíduos sólidos. Trouxe uma perspectiva diferente, pois deixei de apenas cobrar medidas, para traçar um roteiro eficiente, construir alternativas realizáveis, difundir conhecimento, entre outras ações. Além disso, proporcionou momentos de satisfação, com a concretização de várias etapas daquilo que, um dia, será o resultado final almejado.”

ANNA EDESA BALLATORE HOLLAND LINS BOABAID

“Os mais fortes de todos os guerreiros são estes dois: Tempo e Paciência” - Llev Tolstói.

“Devagar e continuamente, utilizando das ferramentas disponíveis, vamos concretizando uma profunda transformação na realidade social. O Ser Natureza, com sua metodologia, ensina que é possível transformar e que o Ministério Público tem o poder de ser o catalisador dessa obra.”

SANDRO HENRIQUE SILVA HALFELD BARROS



ANÁPOLIS

População: 336.491 habitantes

SANDRA MARA GARBELINI Promotora de Justiça do MP-GO

Na cidade de Anápolis, diagnosticou-se a existência de aterro sanitário devidamente licenciado e apropriado para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, mas com um grave problema, consistente na presença de centenas de pessoas catando os materiais recicláveis dia e noite, em contato direto com o "lixo", em situação absolutamente degradante, impondo-se a necessidade de retirada desse pessoal.

A história apontava que todas as tentativas de retiradas foram traumáticas, inclusive a última delas, em 2006, quando a Polícia Militar acabou efetuando disparos de arma de fogo. Dias depois desse fato, os catadores voltaram à prática e nenhum órgão mais tomou a iniciativa de enfrentar o problema.

Os objetivos do Projeto de Resíduos Sólidos de Anápolis, iniciado em 2013, eram: intensificar a coleta seletiva no município; implantar a educação ambiental; retirar pacificamente os catadores do aterro; promover a inclusão social das catadoras e catadores de materiais recicláveis; promover a inclusão dos catadores nas políticas públicas do município (educação, assistência social, emprego e renda, habitação, saúde etc) e desenvolver parcerias com o setor empresarial do município. Esses objetivos contemplam as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Política Nacional de Saneamento Básico, da Política Nacional de Educação Ambiental e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tudo isso foi alcançado com a criação com um Grupo de Trabalho, que se reuniu sistematicamente (37 reuniões com o GT e catadoras, em 2013 e 2014), com a elaboração de planos de ação, primando pela construção coletiva, negociação e o desenvolvimento de parcerias. Hoje, o projeto encontra-se em monitoramento pela 15ª Promotoria de Justiça de Anápolis.

Este projeto recebeu o prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público, vencedor na categoria "Indução de Políticas Públicas", pelo trabalho realizado na comarca de Anápolis, referente à regularização do "lixão" municipal e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, conferido no dia 4 de novembro de 2015, em Brasília.

“Trabalhar no Ser Natureza foi uma experiência enriquecedora que me engrandeceu como profissional e pessoa, especialmente por me proporcionar uma forma diferente de estabelecer a parceria com a sociedade na resolução do conflito ambiental, envolvendo-a na tomada de decisões e no compartilhamento das soluções. Percebi que, ao dialogar com a sociedade na mediação do problema, podemos defender com mais eficiência os seus interesses, conforme incumbe a Constituição Federal ao Ministério Público.”

SANDRA MARA GARBELINI

RESULTADOS

- Retirada pacífica de aproximadamente 180 catadores e catadoras que trabalhavam diretamente no aterro sanitário de Anápolis há décadas
- Não foi registrada nenhuma ocorrência policial, nem o emprego de força no fechamento do aterro
- Criação de uma cooperativa (CooperCan) e apoio à já existente (Coopersólidos) para inclusão social dos catadores, com o apoio da Universidade Federal de Goiás (projeto Catasol)
- Edição da Lei Municipal n. 3.378, de 14 de outubro de 2014, sancionada e em vigência, que dispõe sobre a criação do programa de coleta seletiva em Anápolis, com inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, e outras providências, com concessão de incentivo no valor de até R\$ 500,00 mensais para os cooperados, pelo período de até 12 meses, podendo ser prorrogado
- Ampliação da coleta seletiva no município de Anápolis



RESULTADOS (cont.)

- Participação do setor empresarial na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no município
- Reforma de galpão de cooperativa por meio de Termo de Ajustamento de Conduta entre MP-GO e a prefeitura
- Encaminhamento dos catadores que não quiseram ingressar na cooperativa ao mercado de trabalho e a cursos profissionalizantes
- Obtenção de vagas em creches para cinco crianças, filhas de catadores, que estavam em situação vulnerável
- Inclusão dos catadores nas políticas públicas de assistência social, saúde, educação e habitação
- Encaminhamento de duas catadoras para cursinho pré-vestibular da UEG, com intenção de fazer o curso de Direito e Administração
- Cooperada apoiada pelo projeto iniciou curso superior em Direito na Faculdade Anhanguera de Anápolis
- Destinação direta de matérias recicláveis de empresas do Daia, shopping e supermercados para as duas cooperativas
- Articulação para a implantação da educação ambiental no município (formal e não formal)
- Apoio de entidades religiosas para os membros da cooperativa CoperCan
- Aumento da autoestima dos cooperados, antigos catadores de materiais recicláveis
- Aumento da renda dos cooperados
- Participação e responsabilização efetiva do poder público municipal na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos
- **Ações judiciais evitadas:** nove ações judiciais, sendo uma para a retirada dos catadores do aterro, uma para adequação do aterro sanitário, uma para inclusão social dos catadores, uma para implantação da coleta seletiva e da educação ambiental, e outras quatro para cumprimento da exigência de implantação das políticas de assistência social, saúde, habitação, educação e infância, pois os catadores não estavam incluídos em nenhuma dessas políticas públicas.





GOVERNO FEDERAL
BRASIL
SEUS DIOS E PAIS SÃO HOZES

CONSTRUÇÃO DE GALPÕES DE TRIAGEM DE LIXO

Agentes Participantes: Secidades

Obra: R\$ 1.723.507,99
Goiania, Anapolis e Aparecida de Goiania

CAIXA

GOVERNO DE GOIÁS
A FORÇA DO CORAÇÃO DO BRASIL

CONSTRUÇÃO DE GALPÕES DE TRIAGEM DE LIXO

PRAZO: 12 MESES
CUSTO: R\$ 1.723.507,99

SECIDADES
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

RECURSOS: CAIXA ECONOMICA FEDERAL



APARECIDA DE GOIÂNIA

População: 521.910 habitantes

ANA PAULA ANTUNES VIEIRA NERY Promotora de Justiça do MP-GO

SUELENA CARNEIRO CAETANO FERNANDES JAYME Promotora de Justiça do MP-GO

Em 2012, a promotora de Justiça Ana Paula Nery, de Aparecida de Goiânia, realizou a primeira audiência pública para tratar do Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos no município. Por iniciativa do Ministério Público de Goiás, o encontro teve o objetivo de apresentar o apoio da Instituição às políticas públicas para a adequada destinação de resíduos sólidos, coleta seletiva e o fomento às cooperativas de catadores, com a implantação do projeto com a intenção de criar uma agenda integrada de ações para atuar de forma eficaz e com a participação de todas as instituições envolvidas no problema.

Em seguida, foi feita uma visita ao aterro sanitário do município para conhecer a realidade dos mais de 80 catadores e a adequação do aterro às normas ambientais. Após essa visita, foram convidados representantes dos catadores para fazer parte do Grupo de Trabalho.

Com o grupo formado, foram realizadas, em 2013, 12 reuniões para elaborar e executar os planos de ação para atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), contemplando: a retirada pacífica dos catadores do aterro de Aparecida de Goiânia; inclusão social dos catadores e de suas famílias nos programas sociais (trabalho, educação, habitação, transporte e saúde); implantação da coleta seletiva; implantação de programa de Educação Ambiental no município, além de inúmeras reuniões para o planejamento das ações, de forma a atender a legislação federal.

A Promotoria de Justiça fez uma parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do projeto Catasol, para que proporcionasse a criação e formação da cooperativa e a capacitação dos cooperados. E, assim, foi criada a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reciclável de Aparecida de Goiânia (Coocap) e efetivada a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reciclável Feminina de Aparecida de Goiânia (Coorfap). As ações ganharam corpo e, hoje, a política de resíduos sólidos encontra-se efetivada no município.

“Por meio das rodas de conversa organizadas com auxílio da Caej, promovemos o diálogo entre os poderes constituídos e associações com as finalidades de inclusão social dos catadores e implantação da coleta seletiva. O primeiro resultado veio rapidamente, com a construção de um galpão adequado para separação do lixo reciclável e com a melhoria das condições de vida da população, que vivia no aterro sanitário, transformando a realidade local.”

ANA PAULA ANTUNES VIEIRA NERY





RESULTADOS

- Fechamento do aterro sanitário à entrada de catadores
- Adequação ambiental do aterro sanitário
- Criação de duas cooperativas de materiais recicláveis: Coocap e Coorfap
- Inauguração de um galpão de materiais recicláveis no polo empresarial de Aparecida de Goiânia
- Fomento à capacitação dos cooperados na gestão de cooperativas de trabalho
- Implantação da coleta seletiva no município
- Inclusão social de mais de 80 catadores de materiais recicláveis
- Participação do setor empresarial na implantação da PNRS
- Inclusão dos catadores e de seus familiares nas políticas de saúde, educação, habitação e transporte do município de Aparecida de Goiânia
- **Ações judiciais evitadas:** oito ações judiciais, sendo uma para a retirada dos catadores do aterro, uma para adequação do aterro sanitário, uma para a inclusão social dos catadores, uma para implantação da coleta seletiva e da educação ambiental, e outras quatro para o cumprimento da exigência de implantação das políticas de assistência social, saúde, educação e infância, pois os catadores não estavam incluídos nessas políticas públicas.







BELA VISTA

População: 27.628 habitantes

CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO Promotor de Justiça do MP-GO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A demanda feita pela comunidade de Bela Vista no Projeto Ser Natureza - Resíduos Sólidos foi a implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos. O trabalho com o grupo foi iniciado no final de 2008, a pedido do promotor de Justiça.

Os membros do grupo de trabalho mapearam a cidade e, após a sensibilização feita porta a porta, foi implantada a coleta diferenciada em todo o Centro Histórico. Também organizaram e apoiaram os catadores de materiais recicláveis para a implantação da coleta seletiva, inclusive, construindo um carrinho próprio para a coleta. No princípio, a coleta seletiva foi feita por dois catadores e com o apoio do grupo de trabalho.

A administração municipal e a Câmara dos Vereadores destinaram local para a construção de um galpão para o acondicionamento dos resíduos recicláveis coletados no município e foram articulados compradores do material.

A partir de 2011, a administração municipal assumiu o serviço, adquiriu um local para triagem e instruiu funcionários da limpeza urbana para a coleta.

RESULTADOS

- Coleta seletiva implantada no Centro Histórico
- Mobilização e sensibilização da população para a implantação da coleta
- Destinação de local para o acondicionamento dos resíduos recicláveis
- Administração municipal assumiu a coleta seletiva
- **Ações judiciais evitadas:** sete ações judiciais, sendo uma para a adequação do local de disposição final de resíduos sólidos, uma para inclusão social dos catadores de rua, uma para a implantação da coleta seletiva e da educação ambiental, e outras quatro para o cumprimento da exigência da implantação das políticas de assistência social, saúde, educação e infância para os catadores, pois eles não estavam incluídos nessas políticas públicas.

Da Av. Brasília às R...

Às 8:05	Av. Bahia
Às 8:00	Av. Gra...
Às 8:15	
Às 8	

COLETA DO LIXO URBANO

A Prefeitura Municipal de Fazenda Nova informa sobre os horários da coleta de lixo urbano no Setor Bela Vista

COLETA DO LIXO URBANO

A Prefeitura Municipal de Fazenda Nova informa sobre os horários da coleta de lixo urbano em Vila Nova

COLETA DO LIXO URBANO

Horário

Às



FAZENDA NOVA

População: 7.048

ELISEU ANTÔNIO DA SILVA BELO Promotor de Justiça do MP-GO

O Projeto Ser Natureza de Fazenda Nova e Novo Brasil foi implantado em 2009, por solicitação do promotor de Justiça e por meio de uma audiência pública. Com base numa ampla escuta da comunidade nesta audiência e uma capacitação em Goiânia, os membros do Grupo de Trabalho definiram que trabalhariam no fomento à implantação da coleta seletiva e na educação ambiental no município.

A pedido do grupo, foi organizada uma capacitação na área de resíduos sólidos abordando noções básicas e práticas da implantação da coleta seletiva para agentes de saúde de endemias de Fazenda Nova e Novo Brasil. Esses servidores desenvolveram ações de conscientização ambiental durante todo o ano, inseridas nas visitas domiciliares que realizam rotineiramente.

Após reuniões, o grupo elaborou planos de ação para a adequação da coleta de resíduos, implantação da coleta seletiva e para a mobilização da população. Em uma reunião articulada pelo promotor de Justiça com o grupo de trabalho e prefeito, relativo à coleta seletiva, houve a negociação e mediação para a melhoria de vários pontos. Essa mediação contou com a assessoria da Caej.

RESULTADOS

- Reorganização do serviço de coleta de resíduos
- Sensibilização da comunidade de Fazenda Nova a respeito do serviço de coleta de lixo
- Cercamento da área do lixão
- Aquisição e instalação de 1.200 lixeiras com suporte
- Atualização do Código Municipal de Posturas
- Implantação da educação ambiental nas escolas do município
- **Ações judiciais evitadas:** três ações judiciais, sendo uma para a adequação do local de disposição final de resíduos sólidos, uma para a implantação da coleta seletiva, e outra para a aplicação da educação ambiental.

“O Projeto Ser Natureza em Fazenda Nova foi exitoso porque teve acolhida da população diretamente interessada, que se mobilizou para que a coleta seletiva na comarca fosse implantada, com um regime concomitante de educação ambiental em espaços públicos, como escolas e outros. Observou-se que o espaço de diálogo aberto com a sociedade, com participação do Ministério Público, propiciou o clima institucional e social necessário para que a adesão fosse grande e com grupos dedicados ao desenvolvimento da questão ambiental por eles escolhida.”

ELISEU ANTÔNIO DA SILVA BELO



GOIANIRA

População: 39.484 habitantes

SUELENA CARNEIRO CAETANO FERNANDES JAYME Promotora de Justiça do MP-GO

Em Goianira, o Grupo de Trabalho do Projeto Ser Natureza foi criado em 2009 por iniciativa da promotora de Justiça. O grupo definiu trabalhar em quatro áreas: educação ambiental, arborização urbana, revitalização da área de APP do Jardim Imperial e implantação da coleta seletiva. Para atender a estas demandas, foi desenvolvida parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGoiás) para a orientação técnica ao grupo e execução dos trabalhos de educação ambiental, arborização urbana e a revitalização do loteamento.

Foi realizado pelo grupo, sob orientação da PUC, trabalho de educação ambiental nas escolas públicas do Jardim Imperial e circunvizinhas. O intuito foi debater com a comunidade escolar a importância da criação e manutenção do parque na área de preservação permanente do Jardim Imperial. O projeto do parque foi criado, contemplando as necessidades da comunidade local.

Para a arborização urbana, o grupo definiu pela catalogação das espécies vegetais e, posteriormente, a elaboração de um manual sobre a realidade local e as sugestões de mudança, adequando as condições físicas das ruas e avenidas e a fitogeografia do local. Este manual foi entregue pela PUC à prefeitura.

Para o trabalho de criação, formação e capacitação da cooperativa, a promotora de Justiça articulou parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do projeto Catasol. Reuniões de planejamento e execução das demandas eleitas foram realizadas para o desenvolvimento das atividades.

RESULTADOS

- Coleta seletiva implantada no município
- Criação da cooperativa Cooper-raça, que promoveu a inclusão social dos catadores do lixão
- Aquisição, pela prefeitura, de um caminhão para a coleta dos resíduos recicláveis nos bairros
- Elaboração e implantação do projeto de revitalização do Jardim Imperial, que primou pela preservação de áreas de preservação permanente do loteamento, com a escuta da comunidade
- Elaboração de projeto de educação ambiental nas escolas municipais da região do Jardim Imperial para que o projeto de preservação ambiental e de coleta seletiva fosse abraçado pela comunidade
- Elaboração do manual de arborização urbana do município após a catalogação das espécies plantadas. O manual é referência para a arborização urbana de Goianira
- **Ações judiciais evitadas:** oito ações judiciais, sendo uma para a adequação do local de disposição final de resíduos sólidos, uma para a inclusão social dos catadores, uma para a implantação da coleta seletiva e da educação ambiental, quatro para cumprimento da exigência de implantação das políticas de assistência social, saúde, educação e infância para os catadores; e uma para a recuperação e proteção da APP do Jardim Imperial.

“A adesão ao Projeto Ser Natureza no ano de 2009 possibilitou o conhecimento da metodologia baseada na construção coletiva das soluções, por meio do diálogo, propiciando uma atuação resolutiva de alguns problemas ambientais no município. Foi um marco na minha trajetória profissional: antes e depois do Ser Natureza, sendo aplicável a todas as demais áreas de atuação profissional. E acredito que a defesa e manutenção dos recursos naturais para as atuais e futuras gerações não se faz sem que a sociedade civil organizada e as pessoas individualmente somem esforços ao poder público, no comprometimento com sua importância. É um caminho sem volta na atuação do Ministério Público.”

SUELENA CARNEIRO CAETANO FERNANDES JAYME







HIDROLÂNDIA

População: 19.761 habitantes

SANDRA MONTEIRO DE OLIVEIRA Promotora de Justiça do MP-GO

Em 2012, o Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos do MP-GO e o projeto Catasol da UFG foram apresentados no auditório da Câmara Municipal de Hidrolândia, sendo que o prefeito, vereadores e comunidade em geral confirmaram a adesão a eles. Ainda em 2012, houve a apresentação do projeto e a assinatura da carta de compromisso dos candidatos a prefeito no município. Em virtude disso, não houve descontinuidade das ações e, a partir de 2013, ocorreram 25 reuniões até 2015. Após a audiência pública, foi formado um Grupo de Trabalho composto pela rede envolvida no problema: Secretarias de Meio Ambiente, Educação, Saúde e Obras, vereadores, catadores de materiais recicláveis, Secima (antiga Semarh), UFG e empresariado local. As reuniões foram coordenadas pela promotora de Justiça, utilizando a metodologia da Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial (Caej).

RESULTADOS

- Retirada pacífica de 20 pessoas do lixão
- Adequação ambiental do lixão, transformando-o em aterro sanitário simplificado
- Efetivação de parcerias para a criação da cooperativa de Hidrolândia (CooperHidro)
- Inauguração do Aterro Sanitário de Hidrolândia
- Edição da Lei Municipal nº 488/2014, que criou o programa de coleta seletiva com inclusão social
- Implantação da coleta seletiva no município, por meio da construção coletiva dos membros do GT
- Elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos (PMGRIS)
- **Ações judiciais evitadas:** oito ações judiciais, sendo uma para a retirada dos catadores do lixão, uma para adequação do local de disposição final dos resíduos do município, uma para inclusão social dos catadores; uma para a implantação da coleta seletiva e da educação ambiental e outras quatro para cumprimento da exigência da implantação da política de assistência social, saúde, educação e infância, pois esses catadores não estavam incluídos em nenhuma dessas políticas públicas.



“A inclusão da Promotoria de Justiça de Hidrolândia no Projeto Ser Natureza possibilitou o licenciamento do aterro controlado da cidade e a retirada dos catadores de materiais recicláveis daquele local, os quais se reuniram e instituíram uma cooperativa. O êxito desta parceria só foi possível graças à criação de um “grupo de trabalho”, formado por uma equipe multidisciplinar, formada pelo Ministério Público e membros do Ser Natureza, empresários, prefeitura, população, Universidade Federal de Goiás e os próprios catadores. As reuniões periódicas deste grupo serviram de palco para as negociações e mediações dos conflitos ambientais surgidos a cada etapa da implementação do trabalho. Por certo, sem este importante espaço de diálogo, os avanços ambientais conquistados não seriam alcançados sem a judicialização do problema.”

SANDRA MONTEIRO DE OLIVEIRA



ISRAELÂNDIA

População: 2.923 habitantes

ANA PAULA ANTUNES VIEIRA NERY Promotora de Justiça do MP-GO

O Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos de Israelândia foi iniciado em 2010, a pedido da promotora de Justiça, tendo o Grupo de Trabalho o desafio de sensibilizar a comunidade para a importância da destinação correta dos resíduos sólidos e, com isso, buscar a implantação da coleta seletiva.

Para isso, os membros do grupo organizaram uma mobilização e sensibilização maciça na cidade, realizando visitas às residências e conversando com os moradores a respeito do tema. A iniciativa resultou na adesão da comunidade.

O galpão para depósito do material reciclável foi construído por um membro do grupo, que também adquiriu um cavalo e uma carroça para o transporte dos produtos recicláveis porta a porta. Até um concurso para a escolha do nome do animal, deflagrada por uma emissora de rádio, serviu de inspiração para a mobilização da comunidade na implantação da coleta seletiva.

Depois de algum tempo, e com a negociação entre o grupo, a Promotoria de Justiça e a gestão municipal, a coleta seletiva foi assumida pelo município.

RESULTADOS

- Sensibilização e mobilização da comunidade a respeito da destinação correta dos resíduos sólidos
- Implantação da coleta seletiva no município
- **Ações judiciais evitadas:** no mínimo, uma ação judicial, sendo esta para implantação da coleta seletiva e da educação ambiental no município.

“Trabalhar com o Projeto Ser Natureza na comarca de Israelândia foi uma experiência transformadora. Procurar uma saída para problemas ambientais sem judicializá-los e a aproximação com a comunidade são os primeiros passos para uma atuação profissional mais adequada à realidade da comarca com efetivos resultados nas áreas da educação ambiental e cidadania.”

ANA PAULA ANTUNES VIEIRA NERY





Coleta Seletiva



Prefeitura

Alternativa Sustentável



NERÓPOLIS

População: 27.341 habitantes

ELAINI CRISTINA ALVES PIRES TREVISAN Promotora de Justiça do MP-GO

Em 2012, por solicitação da promotora de Justiça de Nerópolis, foi implantado o Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos. Foi criado o Grupo de Trabalho, com a proposta de implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos no município. Uma visita ao aterro sanitário foi realizada, sob a orientação técnica da Caej, onde constatou-se a prática da catação direta de resíduos e a necessidade de adequações ambientais. Com base nessa realidade e em outras informações, o grupo elaborou planos de ação: elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS); inclusão social dos catadores de materiais recicláveis; implantação da coleta seletiva e implantação e mobilização da comunidade para a coleta seletiva.

Para a promoção da inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, a promotora de Justiça articulou uma parceria entre a prefeitura e o projeto Catasol da UFG, com o objetivo de promover a criação de uma cooperativa e a capacitação de seus integrantes.

RESULTADOS

- Realização da gravimetria (diagnóstico da produção de resíduos no município) sob orientação da UFG
- Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- Sensibilização e mobilização da comunidade para a implantação da coleta seletiva
- Implantação da coleta seletiva no município
- Criação da cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Nerópolis
- Desenvolvimento de parcerias na implantação da coleta seletiva
- Inclusão social dos catadores de Nerópolis nas políticas públicas de educação, moradia, assistência social e saúde
- **Ações judiciais evitadas:** nove ações judiciais, sendo uma para a retirada dos catadores do aterro, uma para a adequação ambiental do aterro sanitário, uma para a inclusão social dos catadores, uma para implantação da coleta seletiva e da educação ambiental e outras cinco para cumprimento da exigência de inclusão dos catadores nas políticas de habitação, assistência social, saúde, educação e infância.

“Ao longo de várias rodas de conversa que foram realizadas e dos encontros, fomos percebendo a necessidade de buscar parcerias para ajustar. Percebi o tanto que é proveitosa e eficiente a construção conjunta, além de que legitima as ações do promotor de Justiça. Houve um crescimento como pessoa e da comunidade também, pois ela passou a constatar que faz parte da solução do problema. Hoje, a comunidade me procura para resolver os problemas ambientais da comarca, eu não mais preciso ir atrás das informações. É realmente um programa fantástico!”

ELAINI CRISTINA ALVES PIRES TREVISAN







NOVA AMÉRICA

População: 2.358 habitantes

JANAÍNA GOMES CLAUDINO (*in memoriam*) Promotora de Justiça do MP-GO

CHRISTIANO MOTA E SILVA Promotor de Justiça do MP-GO

Nova América se integrou ao Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos em 2010, por solicitação da comunidade à Promotoria de Justiça local. Inicialmente, foi definido pelo Grupo de Trabalho a implantação da coleta seletiva no município.

Foi ministrada pela Caej uma oficina sobre coleta seletiva e reciclagem, onde foram apresentados aos participantes o conceito de reciclagem, dados nacionais e internacionais sobre o tema, sua importância e benefícios. Também foram mostrados os passos para a implantação da coleta seletiva, destacando Política Nacional de Resíduos Sólidos, divulgada na época, e as medidas de prévia composição ao dano ambiental adotadas pelo Ministério Público de Goiás.

Em seguida, ocorreram reuniões com o grupo para o planejamento detalhado das inúmeras ações prévias para a implantação da coleta seletiva no município. Entre elas, a realização de visitas às residências para a sensibilização e mobilização da comunidade.



RESULTADOS

- Capacitação sobre resíduos sólidos aos membros do Grupo de Trabalho
- Mobilização da comunidade para o exercício da separação dos resíduos seco e úmido
- Indicação e visitas técnicas a locais para a triagem dos recicláveis
- **Ações judiciais evitadas:** nove ações judiciais, sendo uma para a retirada dos catadores do aterro, uma para adequação ambiental do aterro sanitário, uma para a inclusão social dos catadores, uma para a implantação da coleta seletiva e da educação ambiental e outras cinco para cumprimento da exigência de inclusão dos catadores nas políticas de habitação, assistência social, saúde, educação e infância.





NOVA VENEZA

População: 9.105 habitantes

ELAINI CRISTINA ALVES PIRÉS TREVISAN Promotora de Justiça do MP-GO

A promotora de Justiça da comarca de Nerópolis criou o Projeto Caminhos Verdes no início de 2012. A iniciativa teve cunho ambiental, por promover o plantio de árvores nos principais trajetos entre as escolas do município, e também reforçar a preocupação com a cidadania, com incentivo entre os moradores para a adequação das calçadas, usando a acessibilidade nas Escolas Estaduais Francisco Alves, José Peixoto e do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Tereza Zanini.

Também em 2012, a promotora de Justiça levou o Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos ao município de Nova Veneza. O objetivo foi a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, primando pela inclusão social dos mais de 20 catadores que trabalhavam diretamente no lixão de Nova Veneza.

Primeiramente, foi realizada uma audiência pública com a comunidade e autoridades locais para a adesão oficial do prefeito ao projeto, o que foi amplamente aceito.

O projeto contou com a parceria da UFG/Projeto Catasol, para a criação e formalização de uma cooperativa dos catadores de material reciclável e capacitação para os membros da cooperativa.

RESULTADOS

- Criação formal de uma associação de catadores de materiais recicláveis no município
- Coleta seletiva implantada no município
- Inclusão social dos catadores de Nova Veneza nas políticas públicas de educação, moradia, assistência social e saúde
- **Ações judiciais evitadas:** nove ações judiciais, sendo uma para a retirada dos catadores do lixão, uma para a adequação ambiental do local de disposição final dos resíduos, uma para a inclusão social dos catadores, uma para a implantação da coleta seletiva e da educação ambiental e outras cinco para cumprimento da exigência de inclusão dos catadores na política de habitação, assistência social, saúde, educação e infância.

“Ao longo de várias rodas de conversa que foram realizadas e dos encontros, fomos percebendo a necessidade de buscar parcerias para ajustar. Percebi o tanto que é proveitosa e eficiente a construção conjunta, além de que legitima as ações do promotor de Justiça. Houve um crescimento como pessoa e da comunidade também, pois ela passou a constatar que faz parte da solução do problema. Hoje, a comunidade me procura para resolver os problemas ambientais da comarca, eu não mais preciso ir atrás das informações. É realmente um programa fantástico!”

ELAINI CRISTINA ALVES PIRÉS TREVISAN





RUBIATABA

População: 18.000 habitantes

JANAÍNA GOMES CLAUDINO (*in memoriam*) Promotora de Justiça do MP-GO

CHRISTIANO MOTA E SILVA Promotor de Justiça do MP-GO

Em Rubiataba, a Promotoria de Justiça local solicitou a implantação do Projeto Ser Natureza de Resíduos Sólidos no final de 2008, quando foi criado um Grupo de Trabalho composto pela rede municipal ligada à temática e pela sociedade civil. O grupo definiu como tema “Cidade limpa, responsabilidade de todos”, voltado à implantação da coleta seletiva.

Um minicurso sobre resíduos sólidos foi ministrado pela Caej, contemplando as diretrizes do que seria a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a prática para a implantação da coleta seletiva. Depois, foi feito o planejamento para a implantação da coleta seletiva no município. Para isso, foram criadas três comissões: reciclagem dos resíduos domésticos; debate do Código de Postura do Município e elaboração da Lei de Educação Ambiental.

Várias escolas se interessaram pelo tema e implantaram em suas unidades a coleta seletiva, entre elas, as Escolas Estaduais Santana Amaral, Gilvan Sampaio e Levindo Borba e as Escolas Municipais Rivaldo Santana e Monsenhor Lincoln. A lei municipal de educação ambiental foi debatida no município e, posteriormente, aprovada pelo Legislativo Municipal.

RESULTADOS

- Capacitação sobre resíduos sólidos para os membros do Grupo de Trabalho
- Campanhas na cidade para sensibilização da população e adesão à coleta seletiva
- Divulgação de material educativo sobre a coleta seletiva à população
- Destinação de caminhão pela prefeitura para a coleta dos materiais recicláveis no município
- Implantação da coleta seletiva no município
- **Ações judiciais evitadas:** três ações judiciais, sendo uma para a adequação ambiental do local de disposição final dos resíduos, uma para a inclusão social dos catadores, e uma para a implantação da coleta seletiva e da educação ambiental.



SILVÂNIA

População: 20.233 habitantes

CARLOS LUIZ WOFF DE PINA Promotor de Justiça do MP-GO

O projeto Ser Natureza foi implantado no município de Silvânia a pedido do promotor de Justiça, em 2010. O problema eleito pelo Grupo de Trabalho foi a alta emissão de pó, a falta de aviso dos horários de explosão e o lançamento de pedras sobre residências e propriedades rurais por uma mineradora instalada no município. Apesar de a empresa estar com a licença ambiental efetivada, a população estava indignada com os transtornos por ela causados.

Por meio da articulação da Promotoria de Justiça de Silvânia, foram realizadas reuniões entre a empresa, os membros do Grupo de Trabalho, representantes da Prefeitura, da Secima e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Estas reuniões, coordenadas pelo promotor de Justiça e pelos técnicos da Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial (Caej), promoveram o diálogo para a resolução do conflito de interesses existente. Com isso, a empresa mineradora assumiu ações de caráter emergencial e permanente para que os transtornos fossem resolvidos.

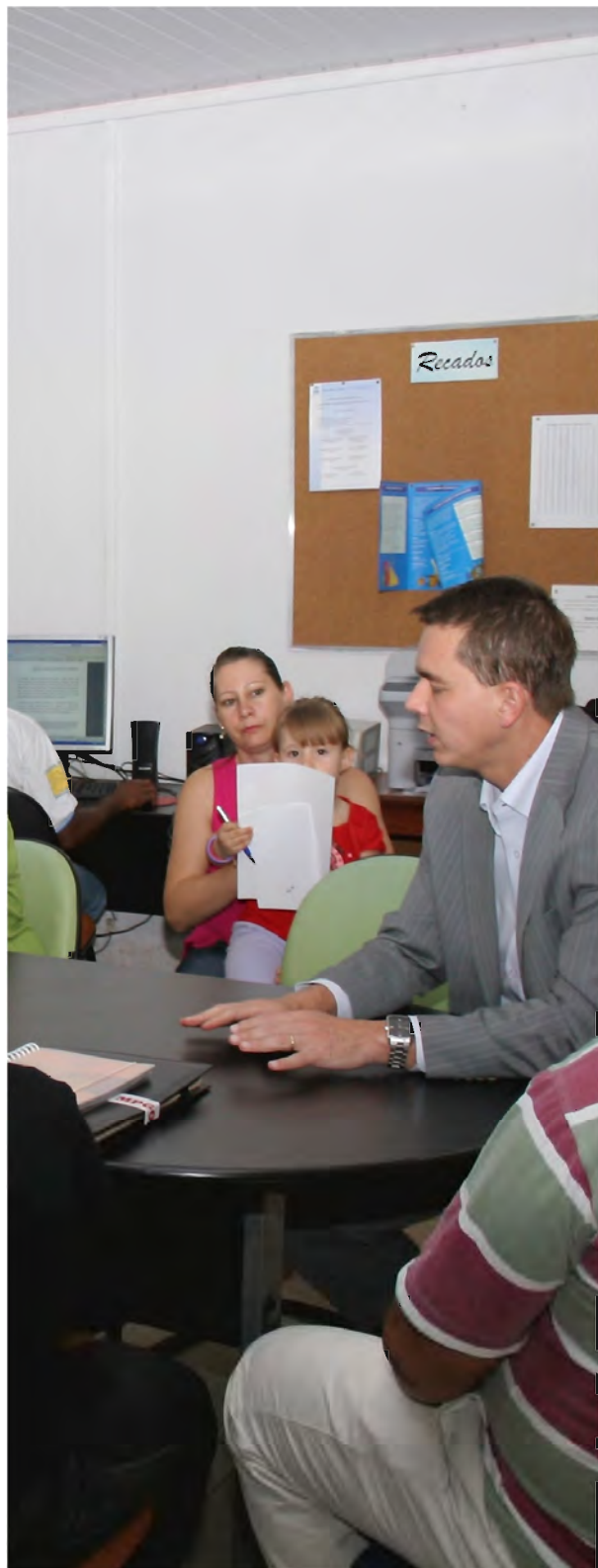
Escolas da rede pública aderiram à proposta de coleta seletiva, com o envolvimento dos alunos na temática ambiental. Objetivos alcançados, projeto concluído em 2010.

RESULTADOS

- Aviso prévio aos moradores do dia e horário das explosões
- Construção de um galpão para conter o pó na fase de moagem das pedras
- Mudança do sistema de detonação da empresa
- Plantio de árvores ao redor da área de extração, que serviram como barreira natural à poeira emitida
- Mais segurança aos moradores no entorno da empresa
- **Ações judiciais evitadas:** uma contra a empresa de mineração para reparação dos transtornos causados à comunidade próxima à empresa.

“As duas demandas trabalhadas no Projeto Ser Natureza de Silvânia foram resolvidos de forma simples mas que até aquele momento não tinha sido encontrada. Por meio de rodas de conversa foi feita a mediação entre as partes envolvidas e as questões encontram-se solucionadas. Notou-se a empolgação dos alunos da rede municipal de ensino e a melhoria da consciência ecológica dos estudantes com a implantação da coleta seletiva e a Promotoria de Justiça não mais recebeu nenhuma denúncia ou reclamação a respeito dos problemas.”

CARLOS LUIZ WOFF DE PINA





DEPOIMENTOS

PARCEIROS DO SER NATUREZA E COMUNIDADE

“A parceria do MP-GO com a Emater se consolidou por meio do projeto Ser Natureza e está sendo importante por propiciar a readequação ambiental das propriedades, de forma participativa com os produtores rurais, representantes locais e o poder público, visando à conservação do solo e preservação das nascentes e matas ciliares. O Projeto Ser Natureza, através de ações extrajudiciais, tem feito muito pelo Meio Ambiente no Estado de Goiás.”

*LEO LINCE DO CARMO
engenheiro Florestal da Emater*

“O programa Ser Natureza do Ministério Público do Estado de Goiás tem dado resultados surpreendentes na recuperação de bacias hidrográficas de captação para abastecimento público. É um trabalho diferenciado, firmado em parcerias, no qual se busca o cumprimento do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, através do envolvimento de todos os usuários da bacia, no sentido de garantir água em quantidade e qualidade para as atuais e futuras gerações.”

*MARIUSA APARECIDA LIMA SANTOS
técnica da Saneago*

“O Ser Natureza do MP-GO veio para fazer a diferença, uma forma de parceria, onde o voluntariado é peça fundamental em prol de uma causa nobre, a recuperação do Rio Canastra. A comunidade, tanto urbana quanto rural, foi despertada e envolvida em ações de preservação, recuperação, conscientização e educação ambiental, que tem proporcionado qualidade ambiental nos municípios de Itapuranga e Guaraíta.”

*DOMINGOS NATALINO DE MORAIS
membro do Grupo de Trabalho de Itapuranga e Guaraíta*

DEPOIMENTOS

PARCEIROS DO SER NATUREZA E COMUNIDADE

“O Ser Natureza, estrutura educativa de conscientização da comunidade acerca dos problemas ambientais, é um projeto inédito na região. Tem como meta educá-la por meio de seu envolvimento na problemática ambiental em Sanclerlândia. O Ministério Público, representado pela Dra. Andréia Zanon, mobiliza segmentos do poder público e da comunidade e proprietários rurais locais, na recuperação da Bacia do Córrego Cerrado.”

ERICSON MARTINS DE OLIVEIRA
membro do Grupo de Trabalho de Sanclerlândia

“Vejo a grande importância da aproximação do Ministério Público com a comunidade, deixando o protocolo de só atuar e passando a mobilizar a execução do projeto em parcerias com empresas, órgãos, instituições, escolas, comércio local, produtor rural, chacareiros, igrejas, etc. Através dessa ação os resultados surgiram de imediato.”

KARÍLCIA DE OLIVEIRA LOPES
técnica do Sindicato Rural de Paranaiguara

“O Ser Natureza é prova clara de que articular boas parcerias em um bem comum desperta vidas, estimula ações, une pessoas e mostra que o cuidado é essencial à existência do planeta. São pequenas ações que se multiplicando, poderão fazer a diferença. Existe uma preocupação efetiva nos projetos do Ser Natureza em atuar em diferentes classes sociais, o que permite uma melhor atuação dos parceiros envolvidos.”

MÔNICA DE CASTRO PINTO
membro do Grupo de Trabalho de Minaçu do Insituto Federal Goiano/Campus Ceres

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO E PONTOS DE APOIO

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO

ADRIANE CHAGAS S. OLIVEIRA

Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO

GABRIELLA PARRODE MACHADO BARBOSA

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo do MP-GO

JUBER HENRIQUE AMARAL

Unidade Técnica Ambiental do MP-GO

MARIA JOSÉ FERREIRA SOARES

Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO E PONTOS DE APOIO

PONTOS DE APOIO

JOÃO PAULO MARTINS ALMEIDA MACHADO
2ª Promotoria de Justiça de Acreúna

DAYANA RODRIGUES ESTEVES OLIVEIRA
CLEUSA APARECIDA ROSA
VANESSA LOPES XAVIER GUERRA
15ª Promotoria de Justiça de Anápolis

CÁSSIA JANE SILVA TAVARES FELIPE
14ª Promotoria de Justiça de Aparecida de Goiânia

MORGANA MOTTA ARAÚJO
1ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas

CRISTIANE ALBUQUERQUE DE SÁ
1ª Promotoria de Justiça de Goiás

VALDIMILSON BATISTA DA SILVA
1ª Promotoria de Justiça de Fazenda Nova

DEMME RODRIGUES SOARES
2ª Promotoria de Justiça de Goiânia

HÉRYKA SIQUEIRA DOS SANTOS
1ª Promotoria de Justiça de Hidrolândia

JOSÉ XAVIER DE FREITAS
GRAZIELA BARRETO
1ª Promotoria de Justiça de Iporá

KARINE NAVES DE OLIVEIRA
RUI TER SÍLVIO SANTOS
1ª Promotoria de Justiça de Israelândia

RAPHAELA MARA SILVA QUEIROZ
1ª Promotoria de Justiça de Itapuranga

SIMONIA APARECIDA RIBEIRO BARBOSA
2ª Promotoria de Justiça de Minaçu

JOSÉ ROBERTO FREITAS VASCONCELOS
DANIELA CARNEIRO FUSCO
4ª Promotoria de Justiça de Mineiros

KARINY SOUZA DA SILVA
1ª Promotoria de Justiça de Mozarlândia

JACIREMA BARROS TEIXEIRA
Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO

NEIRONICE RIBEIRO DE OLIVEIRA
ROSEILDE MARIA BRAGA
LÍGIA PINTO SILVEIRA
1ª Promotoria de Justiça de Nerópolis

LÍLIAN MARÇAL RODRIGUES
1ª Promotoria de Justiça de Ceres

JANICE TIZO GUIMARÃES
1ª Promotoria de Justiça de Panamá

ALEX DA SILVA MUNIZ
VIVIANE MARIA DE ANOÊMIO BARROS
1ª Promotoria de Justiça de Paranaiguara

LUZIA ADRIANA DA SILVA DUARTE
ANTÔNIO LUIS LUCIANO CARDOSO
1ª Promotoria de Justiça de Cromínia

ERNANE LIMA SILVA
MARIA APARECIDA DA PENHA RABELO
EMERSON ALVES LOPES
1ª Promotoria de Justiça de Rubiataba

MARCILÉIA ROSIQUE FERREIRA
1ª Promotoria de Justiça de Sanclerlândia

JÚNIOR JESUS DE MELO GONTIJO
JANE MARIA DE JESUS
1ª Promotoria de Justiça de Paraúna

DIOGO VIEIRA
DANIELLE SOUSA TAVARES
JORGAM DE OLIVEIRA SOARES
1ª Promotoria de Justiça de São Miguel do Araguaia

OSMUNDO FERREIRA VALOZ
MIRNA BARBOSA MENDONÇA
WESLEY ROCHA TEIXEIRA
1ª Promotoria de Justiça de Silvânia

ANA CARLA ALVES DA SILVA
LÍLIAN FERREIRA SANTOS
1ª Promotoria de Justiça de Uruaçu

THIAGO LEÃO PIRES
Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial do MP-GO

ANOTAÇÕES

A series of horizontal dotted lines for taking notes.

